

MEMORIAL

Brasílio João Sallum Jr.

Apresentado ao Concurso  
de Professor Titular de So-  
ciologia (área de Sociologia  
Política) da Faculdade de  
Filosofia Letras e Ciências  
Humanas da Universidade  
de São Paulo.

São Paulo

Dezembro de 2003

## Sumário

I – Formação acadêmica .....	1
II – Itinerário intelectual .....	12
III – Atividades de construção e gestão institucional .....	58
IV – Atividades de formação de cientistas sociais ... ..	67
Anexo – Curriculum Vitae .....	74

## **I - Formação acadêmica**

Recordo precisamente de meu primeiro contato com a sociologia. Não tanto da época, pois não lembro bem se foi na quarta série do Ginásio ou no primeiro ano do Científico, do Colégio Anchieta de Porto Alegre, dirigido por padres jesuítas, onde estudei desde o Primário. Li dois textos que encontrei folheando a Enciclopédia Delta: um de Antônio Cândido, historiando a sociologia no Brasil e fazendo o elogio de Florestan Fernandes e outro deste último, sobre o conceito e as divisões da sociologia. Deste texto praticamente nada entendi, mas o elogio de Cândido a Florestan era tão enfático que, ao invés de esquecer o artigo, prometi para mim mesmo que o entenderia um dia. Como se pode imaginar, levei muito, mas muito tempo mesmo, para chegar a compreendê-lo.

Naquele tempo de adolescência, de despertar político, de crise religiosa e de leitura voraz de tudo o que me caísse na mão – da literatura regionalista nordestina à sulina, dos romances de Sartre a Remarque, o primeiro cientista social que despertou minha paixão por conhecer e mudar a sociedade foi o Celso Furtado de *A Pré-Revolução Brasileira*. Dele, em boa parte, veio o impulso que me fez deixar de lado a idéia de cursar engenharia – destino tradicional de quem gostava de matemática mas não muito de biologia – para estudar economia. Aberto o mundo da economia, logo apareceu Marx no meu caminho – embora por frases soltas que a seriedade de um crítico católico houve por bem colocar em apêndice de seu livro. Li e reli o Apêndice depois de passar os olhos pelo texto principal. O golpe de 64, ocorrido quando estava no 3º Colegial, acentuou minha simpatia pelas esquerdas e pela literatura marxista ou próxima a ela. Ainda assim, até entrar na universidade, o livro que mais me impressionou foi *Formação Econômica do Brasil*, de Furtado, que estudei com

um grupo de amigos que se preparavam para o vestibular. Certamente havia partes que eu simplesmente não entendia, mas o esquema de conjunto parecia – e para mim é até hoje – impressionante.

Em 1965 iniciou-se minha formação universitária na Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade do Rio Grande do Sul. Lá cursei as disciplinas introdutórias do Curso de Economia, matérias auxiliares em relação às que compunham o núcleo do curso, que só eram ministradas no segundo ano.

Apesar da minha razoável aplicação ao curso, percebi aos poucos que as questões que realmente me apaixonavam na época, vinculadas ao desenvolvimento econômico e à planificação, não seriam tratadas de forma minimamente adequada nos anos vindouros, em parte porque o regime militar atingira também a Faculdade de Economia. Tanto é assim que passava a maior parte do tempo assistindo aulas de filosofia (as de Gerd Bornheim eram apaixonantes) e de histórica política ou promovendo através do Centro Acadêmico – do qual era secretário de cultura -- palestras e debates com intelectuais que tinham algo a dizer sobre o assunto.

No fim do primeiro ano travei conhecimento com alguns economistas que haviam se aperfeiçoado no Chile, em cursos promovidos pela Comissão Econômica para a América Latina (Cepal), em Santiago. Graças ao seu empenho obtive matrícula e uma promessa de bolsa para continuar meus estudos naquele país. Assim, viajei para o Chile com dois amigos que quiseram aventurar-se comigo.

Cheguei em fevereiro e já em março de 1966 passei a freqüentar aulas na Universidade de Concepción, cidade que naquela época era bem menor e mais tranqüila que Porto Alegre. Como as disciplinas realizadas no Brasil não correspondiam às exigências da Universidade chilena, cursei ao mesmo tempo – para não perder tempo -- o propedêutico e o pri-

meiro ano da Escuela de Economía y Administración, que mantinha um curso de alto padrão acadêmico, recém implantado com assessoria do Instituto Latino-Americano de Pesquisas Econômicas y Sociales (ILPES), da CEPAL.

Integrei-me muito bem no Chile, embora sofresse muita tensão por fazer dois cursos ao mesmo tempo. O que mais me agastava era não conseguir acompanhar bem o curso de cálculo do primeiro ano de Economia, em função de deficiências de formação (o propedêutico preparava os alunos por um ano para aquele curso). Mais: aos poucos fui percebendo que para estudar o que gostava, como macroeconomia e mesmo sociologia, teria que enfrentar sempre algumas disciplinas que detestava, como teoria da administração. Além disso, duas ordens de fatores trouxeram-me de volta ao Brasil, já no final de setembro de 1966. De um lado, minhas convicções a respeito das possibilidades da planificação como organizadora da vontade desenvolvimentista foram profundamente abaladas pela expulsão pelo governo da Bolívia da equipe de técnicos da CEPAL encarregada de formular um plano de desenvolvimento para aquele país (equipe da qual faziam parte os economistas que tinham me encaminhado para o Chile). De outro, o contato cada vez mais intenso com a literatura sociológica e política que se produzia no Brasil e, especialmente, no Departamento de Ciências Sociais da USP, fez com que os esquemas estritamente econômicos de explicação dos fenômenos me parecessem demasiadamente estreitos. Aliás, o contato com esta literatura sócio-política só reforçava a insatisfação que alguns jovens economistas “cepalinos” deixavam transparecer quando analisavam tais esquemas explicativos nas conferências e cursos extracurriculares que ministravam em Concepción.

Este período agitado, em que os conhecimentos eram absorvidos

rápida e desorganizadamente, foi muito importante para mim. A experiência vivida no Chile rompeu um pouco meu provincianismo e a fixação exclusiva em questões brasileiras. Pela primeira vez eu tive a vivência de uma forma diferente de fazer política – em 1966 era Eduardo Frei que governava o país – e da existência de “problemas latino-americanos”. Enfim, a experiência chilena deu um impulso decisivo para que eu abandonasse minha escolha inicial e tentasse ingressar no Curso de Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo.

Realizei meu curso de graduação no período 1967-1970. Comecei a frequentá-lo no velho prédio da rua Maria Antônia e terminei o curso nos "barracos" da Cidade Universitária.

A concepção de que o saber, sua aquisição e produção, vincula-se exclusivamente ao trabalho calmo e disciplinado realizado nas salas de aula e nas bibliotecas encontra um desmentido gritante naqueles anos agitados. Este não é o momento nem o lugar adequado para estender-me a respeito, mas acredito ter sido muito profícuo para a minha formação realizar com seriedade o Curso de Ciências Sociais em meio às paixões e à agressividade das lutas políticas características daquela época.

Do ponto de vista estritamente acadêmico pude me beneficiar da formação científica de espectro relativamente amplo que caracterizava e, creio, ainda caracteriza o Curso de Ciências Sociais. A amplitude das áreas do saber com que eu e os de minha geração tomávamos contato não provinha só de um currículo diversificado, mas também da pouca deferência com que a maioria de nossos mestres tratava as estreitezas disciplinares.

Ao longo do curso, os meus interesses fixavam-se ora numa ora noutra área do conhecimento – algumas vezes em questões teórico-

metodológicas, outras na pesquisa historiográfica, mas ao final foram os problemas vinculados ao desenvolvimento capitalista no Brasil e, secundariamente, na América Latina que tornaram-se o centro de minhas preocupações acadêmicas e políticas. Os assuntos ainda eram os mesmos que tinham me ocupado durante os cursos de economia que interrompera. A perspectiva, porém, era outra: a de uma certa "sociologia do desenvolvimento" em que o pensamento marxista tinha um peso considerável.

Mesmo correndo o risco de particularizar em demasia, não quero deixar de mencionar algumas das influências marcantes recebidas nos anos iniciais do Curso de Ciências Sociais: a da inteligência aguda e organizadíssima do professor Luiz Pereira no 1º ano, que nos ensinou Parsons, Sartre e Freyer -- entre outros -- e me transmitiu a crença no valor de manter padrões acadêmicos exigentes; a do brilho e erudição do professor Fernando Novais, que nos surpreendeu e deslumbrou ao mostrar, ainda no 1º ano, a Revolução Francesa como parte de uma Revolução Atlântica, fazendo-nos ler Godechot; a da seriedade e nuance com que Célia Quirino nos ensinou que deveríamos tratar os textos; a da centralidade dos clássicos da sociologia que pudemos aprender no ótimo curso de Metodologia de Pesquisa, ministrado no 2º ano, pelas jovens Lourdes Sola e Heloisa Martins; a do brilhantismo e honestidade intelectual com que Eunice Durham tentou nos fazer ver a importância dos sistemas simbólicos na vida social; a do gosto pela pesquisa histórica minuciosa, transmitida de forma muito distinta, mas igualmente intensa, por dois jovens docentes de Ciência Política, Maria do Carmo Campello de Souza e Eduardo Kugelmas.

A partir do 3º ano, o curso perdeu muito de seu vigor e atrativo em função do Ato Institucional nº 5, das aposentadorias compulsórias de Florestan Fernandes, Fernando Henrique Cardoso, Octávio Ianni e Paula

Beiguelman, do exílio de vários professores jovens e, até, da transferência das aulas para a Cidade Universitária. Embora freqüentasse algumas ótimas disciplinas, perdi muito do entusiasmo inicial. Eu conseguira compatibilizar bem a agitação política, as manifestações e as assembléias com a dedicação aos estudos. A derrota política, porém, tirou o ânimo. Embora continuasse a estudar bastante, passei a querer terminar a graduação o quanto antes.

Encerrada a graduação, em 1970, continuei meus estudos na Universidade de São Paulo sob orientação de Luiz Pereira. Este impunha nas disciplinas que ministrava um ritmo de leitura de grande intensidade – trezentas páginas em média por “semana” de cinco dias, com entrega de “comentários e problematização de uma ou duas páginas” no sexto dia. As aulas eram montadas a partir dos “papers”. Tive a oportunidade também de me beneficiar de um curso sobre capitalismo industrial de Leônicio Martins Rodrigues e de outro sobre Metodologia de Pesquisa em Antropologia ministrado por Eunice Durham.

As discussões que mantínhamos na pós-graduação, especialmente a partir dos seminários de Luiz Pereira, tinham como foco não só as várias questões sobre desenvolvimento e planificação mas também o debate que se travava no interior do marxismo. Discutia-se a pertinência da tese de que existiria uma “ruptura epistemológica” entre o jovem e o velho Marx, se o Marx maduro tinha ainda alguma relação – mesmo que de ponta-cabeça -- com a dialética ou se esta última era simplesmente um outro nome para o historicismo e, portanto, a negação da prática científica inaugurada por Marx em *O Capital* e assim por diante.

A polêmica entre nós, vale lembrar, fora agudizada com a publica-



ção por José Arthur Gianotti do seu “Contra Althusser”<sup>1</sup>, publicado no último número que circulou da Teoria e Prática, revista de um grupo de intelectuais de esquerda da Maria Antônia. O artigo atacava o modo como Louis Althusser interpretava Marx no seu *Pour Marx* (publicado em 1967 pela Zahar como *Análise Crítica da Teoria Marxista*) e, principalmente, em *Lire Le Capital*, que reunia leituras dele, Rancière, Balibar e outros. É claro que este tipo de polêmica tinha impacto limitado a alguns segmentos intelectuais da Faculdade de Filosofia e de outras áreas da esquerda intelectual do país.

Embora tivesse vaga consciência dessas questões durante a graduação – naquele momento o que mais se discutia entre os estudantes era a “teoria da revolução e suas vias” – durante a pós-graduação fomos, meus colegas e eu, “tomados” pelo debate sobre o marxismo. Gastei quase todo o 2º semestre letivo de 1971 tentando, obsessivamente, lidar com tais problemas, ao redigir um trabalho de aproveitamento para o curso de Luiz Pereira sobre “O Conceito de Classes Sociais em Poulantzas”, em que examinava, centralmente, *Pouvoir Politique et Classes Sociales* mas também os textos já mencionados de Althusser e Balibar. Desse esforço resultou um distanciamento crescente em relação aos “althuserianos” que se completou com a publicação, anos mais tarde, do texto “Aparelhos Ideológicos de Estado” de Althusser.

O projeto que orientou minhas atividades de pesquisa durante os primeiros anos de pós-graduação foi formulado da ótica de uma sociologia do desenvolvimento, de orientação basicamente marxista, que se vinha praticando, desde o início dos anos 1960, na antiga cadeira de Sociologia I. Escolhi o tema de meu projeto em função de uma experiência de

---

<sup>1</sup> Gianotti, J. A., “Contra Althusser”, in Teoria e Prática n° 3, São Paulo, 1968

investigação sobre “Populações Marginais do Interior do Estado de São Paulo” de que participei durante o curso de graduação em Ciências Sociais, como chefe de campo e, depois, como analista. Em função da pesquisa, tive contato com a emergência massiva do trabalho volante na agricultura paulista, fenômeno relativamente novo (estávamos em 1970), pouco estudado e que me pareceu muito relevante para entender as novas características do desenvolvimento capitalista no Brasil. Ademais, durante o curso de graduação, pude aprofundar meus conhecimentos sobre os problemas do desenvolvimento da agricultura brasileira elaborando um trabalho final de aproveitamento para uma disciplina oferecida por José Carlos Pereira sobre o desenvolvimento do capitalismo no Brasil .

Escolhido o tema, elaborei – sob orientação do Prof. Luiz Pereira – o projeto que fixou os parâmetros de minha atividade de pesquisa: “Volantes no meio rural paulista: dois estudos de caso”. Obtive bolsa da Fapesp e desenvolvi a pesquisa no município de Jaú entre 1971 e começo de 1974.

Apesar de meu relatório final de pesquisa para a FAPESP constituir, segundo meu orientador, um embrião de tese de mestrado, terminei por alterar o rumo da investigação. Uma das razões foi dois fazendeiros -- que dispunham de escrituração organizada sobre os dois "casos" selecionados -- recusarem-se, contrariando promessas anteriores, a dar-me livre acesso aos dados de que necessitava. Outro motivo foi minha curiosidade e entusiasmo em “destrinchar” melhor as formas de sociabilidade extremamente complexas das quais os volantes haviam participado no passado, as formas vinculadas ao "colonato" das fazendas de café, com as quais fui travando conhecimento no correr da pesquisa. Estudá-las seria uma grande oportunidade de enfrentar o debate que a esquerda travava

há anos sobre a agricultura.

Assim, em 1974, voltei-me para a tarefa de reconstruir sociologicamente o processo de expansão capitalista na cafeicultura paulista da segunda metade do século XIX até os inícios do século XX e dar conta do desafio teórico que representava estudar o colonato.

Os primeiros anos em que trabalhei como docente de Sociologia integram o meu período de formação básica na disciplina. Não tenho dúvidas que, principalmente no início da carreira acadêmica, é ensinando que se aprende. É no ato de transmitir conhecimento que o docente o organiza melhor e o internaliza. Isto é mais verdadeiro ainda quando se inicia cedo a docência – antes do mestrado – como era comum naquela época.

Fui convidado para ingressar na área de Sociologia do Departamento de Ciências Sociais em 1972, por intermédio do professor Luiz Pereira. Era assim o ingresso naquela época. Não por concurso – mesmo que informal – mas mediante convite decorrente de um “acordo” entre os membros mais titulados do Conselho Departamental. Entretanto, minha contratação não se completou de forma rápida: além dos trâmites burocráticos normais, o ingresso efetivo do professor dependia, na época, de uma investigação “não oficial” que o Serviço Nacional de Investigações (SNI) fazia sobre as atividades políticas dos indicados pelos departamentos. A demora foi enorme. Tão grande que vi-me obrigado a procurar trabalho em outra parte enquanto esperava o *nihil obstat* do SNI e a formalização da contratação pela USP.

Consegui ingressar, no segundo semestre de 1973, na Escola de Sociologia e Política para ministrar Métodos e Técnicas de Pesquisa em lugar de um professor demissionário. Propus realizar, como tarefa central da disciplina, uma discussão passo a passo do estudo clássico de Dur-

kheim, O Suicídio. O curso foi uma experiência excelente para mim e, pelo que pareceu, também para os estudantes. Foi uma excepcional oportunidade de retomar a aprofundar os ensinamentos que tivera na disciplina de Métodos de Pesquisa que seguira com entusiasmo no Curso de Ciências Sociais.

Em 1974 ingressei no Departamento de Ciências Sociais como auxiliar de ensino, participando até o 1º semestre de 1976 das equipes de professores que ministravam seminários das disciplinas "Análise da Organização Social" e "Introdução à Sociologia" cujos responsáveis eram Gabriel Cohn e Luiz Pereira. Para mim este período foi extremamente produtivo, já que aproveitava da experiência e qualificação desses professores e, além disso, tinha a oportunidade de consolidar e aprofundar conhecimentos adquiridos na graduação de Ciências Sociais sem ter a responsabilidade total sobre aquelas disciplinas introdutórias. Li e reli os autores clássicos e ainda aproveitava para assistir as aulas que os responsáveis pelas disciplinas ministravam. Devo muito de minha formação em sociologia a esses anos de docência/discência.

No início do segundo semestre de 1976 a pesquisa sobre a cafeicultura paulista estava adiantada. O primeiro capítulo da tese - sobre o processo de formação de cafezais no Oeste Paulista - já estava bastante adiantado. Infelizmente, a partir de fins de agosto de 1976 tive que me submeter a um tratamento prolongado de saúde que durou até 1983 e determinou uma redução no ritmo de minhas atividades de pesquisa, embora elas nunca tenham sido abandonadas.

De qualquer modo, prossegui a investigação e, depois de avançar mais um pouco mais na redação, meu orientador considerou que poderia encaminhá-la à Faculdade como tese de doutoramento, "caso eu conseguisse manter a qualidade inicial". Isso me animou bastante, reduzindo

muito minha insegurança, porque eu não conhecia ninguém mais exigente que Luiz Pereira, embora ele me fizesse imaginar que só dava continuidade aos padrões de Florestan Fernandes. Costumava lembrá-los sempre, repetindo os ditos do mestre. Eu procurei “manter a qualidade”, dizia ele. Devo reconhecer, com ênfase, que para cumprir a exigência tive a ajuda inestimável do próprio Luiz Pereira. A ajuda veio, é claro, só na fase final de redação, pois “quem é bom mesmo vai sozinho” assegurava ele, repetindo – creio - mais um dos ditos de Florestan. Cada capítulo entregue era submetido à crítica minuciosa, especialmente no que se refere à lógica da argumentação. Chegamos a travar discussões muito aceras sobre certas partes da tese. Algumas vezes conseguia convencê-lo de minhas razões, embora tendo que melhorar a redação de tal ou qual parágrafo para tornar mais claro o argumento; mas também tive que recuar e reestruturar a exposição de um capítulo inteiro pois “a ordem da exposição deixa um pouco obscura a demonstração do argumento”. Em nenhum momento, porém, tentou impor ou sequer expor seus pontos de vistas, divergentes dos meus no que se refere ao marxismo, de modo que eu alterasse a interpretação do fenômeno social em questão. A tese foi defendida, em maio de 1980, sob o título de "Capitalismo e Cafeicultura - Oeste Paulista, 1988-1930", obtendo nota 10 da banca constituída por João Manuel Cardoso de Mello, Fernando Novais, Juarez Brandão Lopes, Azis Simão e Luiz Pereira. Foi publicada, em 1982, pela Editora Duas Cidades, com o seu título original.

## II – Itinerário intelectual

Caracterizei anteriormente o estudo do colonato como um desafio teórico. De fato, o exercício de reconstrução sociológica de uma modalidade de exploração do trabalho relevante na história brasileira levou-me a enfrentar na medida de minhas forças alguns dos dilemas teóricos que preocupavam, então, a intelectualidade de esquerda.

Tais dilemas ocorriam em vários níveis. Diziam respeito à pertinência do marxismo como teoria orientadora da reconstrução sociológica dos fenômenos sociais, à modalidade de marxismo que se tomava como guia teórico, à interpretação sobre a forma de organização da vida material – pensada em termos marxistas – da sociedade colonial e a respeito das sucessivas formas de sociabilidade que tinham estruturado, desde então, a sociedade brasileira.

O dilema relativo à pertinência ou não do marxismo enquanto modalidade de teoria capaz de produzir sociologia de alta qualidade era, dentre os mencionados, o de menor dramaticidade, ao menos para a maioria dos sociólogos remanescentes da antiga cadeira de Sociologia I e dos jovens que orbitavam em torno deles. Com efeito, pelo menos desde 1954, quando se publica, pela primeira vez, “Os Problemas da Indução da Sociologia”, Florestan Fernandes alçara o marxismo, entre nós, a uma das modalidades centrais da sociologia acadêmica, procurando demonstrar que constituía uma das soluções fundamentais dos problemas da interpretação na disciplina<sup>2</sup>. Mais ainda: desde os anos 60, por razões

---

<sup>2</sup> Publicado pela primeira vez como *Apontamentos sobre os Problemas da Indução na Sociologia*, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, Seção de Publicações, São Paulo, 1954 e como “Os Problemas da Indução na Sociologia”, Parte II de *Fundamentos Empíricos da Explicação Sociológica*, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1959 (várias reedições se seguiram).

que não cabe discutir aqui, o marxismo ganhara na Cadeira de Sociologia I e entre docentes e estudantes que orbitavam em torno dela uma maior proeminência acadêmica do que lhe conferira Florestan. Já no fim dos anos 1960, quando as questões relativas à prática política ganharam enorme espaço nas mentes dos que viviam no pequeno mundo da Maria Antônia e, depois, nos “barracos” da Cidade Universitária, o marxismo se tornara “a” teoria, ganhando até, para alguns, o caráter de religião científica libertadora. Felizmente, este espírito não prevaleceu entre os docentes e nem durou muito tempo. Mesmo naquele pequeno mundo acadêmico, ainda que politicamente acuado e radicalizado pelo golpe militar, havia pouca dúvida – creio eu -- quanto às dificuldades oferecidas pelo marxismo para lidar com algumas esferas da vida social – a exemplo da política -- ou para orientar investigações empíricas.

Na situação em que me encontrava, esta última dificuldade era “o” problema. Embora certamente a teoria fosse objeto de intenso debate, do que tratarei depois, o maior obstáculo para mim parecia ser o metodológico: como analisar sociologicamente o fenômeno que me interessava com aquele “instrumental teórico”? Ou, então, como fazer sociologia empiricamente bem assentada com uma teoria que cabia tão dificilmente na sociologia acadêmica? Capitalismo e Cafeicultura não oferece resposta teórica nem solução prática generalizável para tais questões mas, como se verá, adota um modo específico de lidar com o problema metodológico experimentado pelo autor.

Os dilemas experimentados quanto à modalidade de marxismo que tomaria como guia teórico derivavam basicamente das disputas entre diferentes “leituras” de Marx a que já me referi. Nos anos 1970 o estruturalismo francês ganhou bastante relevo entre nós. Meu próprio orientador produziu vários trabalhos em que absorvia, embora criticamente, os

resultados das interpretações dos ‘althusserianos’. Embora deva reconhecer que eu não chegava a alcançar plenamente o significado profundo e as implicações dos argumentos envolvidos, os contrários ao marxismo estrutural francês pareciam-me mais compatíveis com meu próprio entendimento de *O Capital* pois na leitura “symptomale” de Althusser, como Giannotti parecia bem dizer, o não-dito devorava a asserção e fazia sua coerência depender da incompetência vocabular do próprio Marx<sup>3</sup>. Resisti, particularmente, à autonomização que ganhava entre os estruturalistas a “prática teórica” e o efeito que provocava no modo como se concebia a relação entre conceito e material empírico. A este respeito, creio que o texto de maior impacto entre os cientistas brasileiros de inclinação marxista foi “Sobre os conceitos fundamentais do materialismo histórico”, a contribuição de Etienne Balibar para *Lire le Capital*. Aí ele concebia o conceito de modo de produção – conceito chave do materialismo histórico -- como combinação de três elementos básicos (trabalhador, não trabalhador e meios de produção) vinculados por duas relações distintas (de propriedade e de apropriação real). Este conceito permitia pensar cada modo de produção que tivesse existido, existisse ou viesse a existir como uma variação da combinação. As formações sociais eram concebidas como combinações específicas e diversas de distintos modos de produção. Cabe reconhecer que este tipo de concepção, vinda de intelectuais ligados ao Partido Comunista Francês, liberava os marxistas das amarras da célebre seqüência inevitável de modos de produção em que se desdobrava a história humana, como havia sido sacramentada por Stalin. Por outro lado, com esta autonomização da teoria, a análise dos fenômenos particulares tendeu, sob o influxo dos ‘althusserianos’, a se tornar classificató-

---

<sup>3</sup> Cf. “Contra Althusser”, pg. 67



ria – uma tarefa de identificar o modo de produção ou a combinação particular de modos que pudesse ‘enquadrar’ conceitualmente as formas de produção sob exame. Em *Capitalismo e Cafeicultura* tentei evitar isso. Nele procurei reconstituir na análise de um conjunto particular de fenômenos – a cafeicultura no Oeste Paulista -- a presença do capital em expansão, dimensão universal inseparável do real, tentando mostrar como sua articulação com o particular não só lhe dá uma feição singular mas revela sua capacidade de conformar ou ser conformado pela realidade social.

O terceiro tipo de dilema apontado dizia respeito à caracterização das formas complexas de organização da vida material presentes especialmente na agricultura brasileira. Como se sabe, a polarização básica quanto a isso dizia respeito ao caráter feudal ou semi-feudal das relações de produção que sucederam ao escravismo que dominara o período colonial e predominara em boa parte do século XIX. A esta polarização acrescentaram-se, depois, outras que envolveram também a caracterização da economia e sociedade coloniais. Do ângulo da reconstrução do fenômeno em questão, a cafeicultura posterior à abolição, o que estava em questão era o confronto, mencionado de início, que colocava em campos opostos a perspectiva hegemônica no PCB – expressa por Nelson Werneck Sodr e e Alberto Passos Guimarães entre outros -- e Caio Prado Junior. A diferença de interpretação em pauta estava,   claro, associada a diverg ncias pol tico-estrat gicas muito bem caracterizadas por Caio Prado em *A Revolu o Brasileira*<sup>4</sup>, publicada em 1966. N o vem ao caso discuti-las aqui.

A agropecu ria brasileira era, para Caio Prado, desde a aboli o, baseada na grande explora o capitalista. Os componentes presentes na

---

<sup>4</sup> Prado Jr., Caio, *A Revolu o Brasileira*, S o Paulo, Editora Brasiliense, 1966

agropecuária que levavam os comunistas brasileiros a classificá-la como de natureza semi-feudal eram, para ele, formas de hiper-exploração do trabalho assalariado – aproveitadas pelos grandes proprietários da tradição escravista recente – ou modalidades não monetárias de pagamento de serviços (pagamento em parte do produto, em concessão de terras para o trabalhador plantar culturas próprias ou manter criações etc.). O essencial é, dizia Caio, que as relações de trabalho na agro-pecuária brasileira são de “locação de serviços”. Sua argumentação parecia, no todo, convincente. Mas a exacerbação do argumento, decorrente do confronto com os adversários, não o teria levado a perder algo da complexidade da realidade a que se referia?

Esta questão permite fixar com mais precisão o problema de Capitalismo e Cafeicultura: seria possível comprovar a tese de Caio Prado de que as formas de exploração do trabalho adotadas depois da abolição na cafeicultura do Oeste Paulista eram “essencialmente” formas capitalistas de exploração e que a complexidade daquelas formas não afetava a sua caracterização básica? O trabalho mostrou que não se pode dar uma resposta simples às duas questões. Antes de discutir os resultados, porém, talvez caiba umas palavras sobre o processo de chegar a ele.

A intenção de fazer de minha tese de doutorado um trabalho empiricamente sólido e orientado por um marxismo rigoroso – mas em que o rigor não se confundisse com dogmatismo ou uso de jargões vazios -- fez de sua confecção uma empreitada extremamente laboriosa, não só porque os dados eram escassos mas porque não havia, como vimos, parâmetros definidos do que podia ser definido como “marxismo rigoroso”.

Este propósito levou a duas decisões importantes para o resultado apresentado: concentrar a investigação empírica sobre os processos de produção imediata que ocorriam na lavoura cafeeira do Oeste Paulista

depois da abolição da escravatura; e expor os resultados da investigação seguindo os vários momentos em que se desdobrava o processo de transformação da terra pelo trabalho até a colheita e preparação para a venda. Com isso ficavam fora da investigação e da exposição os processos de reprodução do capital (cafeeiro e não cafeeiro) em seu conjunto e conceitos, como os de classe social, que só ganham sentido - no meu entender - no plano macro-societário. Os processos macro só seriam empiricamente investigados na medida em que sua exposição fosse necessária para explicar o processo de produção de café; é o que ocorre no segundo capítulo do livro, onde se discute a constituição e manutenção de um mercado de trabalhadores livres para a cafeicultura. Assim, anuncio na introdução que a exposição se desenvolve “de modo a reproduzir, no plano teórico, o movimento de um capital particular que fosse aplicado à produção de café no Oeste Paulista [entre 1888 e 1930], acompanhando-o a partir da forma dinheiro até a sua transformação em um conjunto de mercadorias produzidas, café colhido e disponível para a venda”.<sup>5</sup>

Este modo de balizar o desdobramento do trabalho obscurece pelo menos três características do processo expositivo efetivo. Em primeiro lugar, a exposição se inicia, de fato, não com o capital mas com uma análise sumária dos processos de conversão da terra adequada para o plantio de café em propriedade privada, pressuposto da formação das fazendas nas frentes pioneiras. Em segundo lugar, só ao final do terceiro capítulo – quando são discutidas as relações de produção sob as quais se produzia café -- o dinheiro é confirmado como capital. Antes disso, constituía apenas suposto a demonstrar. Contrariamente, o tom afirmativo com que o conceito aparece já no título do último capítulo – “Processo de

---

<sup>5</sup> Sallum Jr., Brasília, *Capitalismo e Cafeicultura*, pg. 11

trabalho sob o capital produtivo cafeeiro” – sinaliza que pelo menos parte das dúvidas iniciais já tinham sido dirimidas. Em terceiro lugar, embora a tese procure comprovar que o capital era a forma central de sociabilidade que ordenava a vida material nas fazendas de café, trabalha com o suposto – derivado da literatura acadêmica disponível<sup>6</sup> -- de que ele comandava, pelo menos, os outros segmentos do “complexo cafeeiro”.

Além disso, embora eu não pusesse em questão o valor científico de *O Capital*, colocava-se para minha investigação específica o problema da sua pertinência como guia teórico, especialmente no que se referia ao estudo da renda da terra, desenvolvido na seção VI do 3º volume. Tendo em vista que no meu campo de investigação os cafeicultores eram também proprietários privados da terra, tinha sentido orientar-se por uma teoria que, à primeira vista, supunha a separação entre proprietários territoriais e capitalistas? A leitura atenta dos textos – tanto de *O Capital* como de *Teorias da Mais Valia* – permitiu mostrar que a separação empírica entre capital e propriedade territorial não era essencial à teoria – apenas ocorria na Inglaterra, campo principal de onde Marx tomava os fenômenos para ilustrá-la. A não coincidência plena entre classes de atores empíricos e as categorias essenciais do sistema – capital, propriedade privada da terra e trabalho assalariado, além de dar luz verde para o uso da teoria marxista no estudo dos fenômenos que me interessavam, tornou-se chave para todo o processo de reconstrução da produção cafeeira no Oeste Paulista. Com efeito, como se verá, o desenvolvimento da tese permitiu mostrar que na pele de fazendeiros, colonos, formadores de ca-

---

<sup>6</sup> Os textos chave eram *Formação Econômica do Brasil*, de Celso Furtado, *O Problema do Café no Brasil*, de Antônio Delfim Neto, *Expansão Cafeeira e Origens da Indústria*, de Sérgio Silva e *O Capitalismo Tardio*, de João Manuel Cardoso de Melo.

fezais etc. coabitavam distintas categorias, nem sempre pertinentes ao sistema capitalista.

O problema que acabamos de apontar remete a uma questão teórica mais geral de grande importância metodológica: como articular a teoria marxiana do sistema capitalista com as análises das situações histórico-particulares? Não pretendo discutir aqui problema tão complexo. Dar-me-ei por satisfeito se conseguir mostrar, mais adiante, como tal articulação foi feita na investigação.

Sumario a seguir, bem esquematicamente, os resultados de Capitalismo e Cafeicultura.

A investigação confirmou que, no período investigado, todo o processo de produção cafeeira no Oeste Paulista, desde a formação do cafezal até a preparação dos frutos para a venda, era comandado pelo capital. Neste sentido confirmou-se o ponto de vista defendido por Caio Prado Jr.. No entanto, o capital não conformava plenamente os processos de produção referidos.

Embora os cafezais fossem formados sob encomenda de fazendeiros-capitalistas (às vezes apenas em potencial), eles eram produzidos por famílias de “formadores” com o dispêndio de seu próprio trabalho e, raramente, com a contratação eventual de assalariados para as tarefas mais pesadas. A formação era, pois, formação simples de mercadoria – cafezal disponível para ser incorporado na produção de café e/ou vendido. Além disso, ao longo do processo de produção do cafezal os “formadores” tinham direito de colher para si o café gerado pelos cafeeiros em formação e de produzir outros produtos agrícolas e criações, também por conta própria, na propriedade do contratante do cafezal.

O processo de produção de café era muito mais conformado por relações capitalistas de produção que o de formação de cafezais. A pró-

pria fazenda já materializava capital acumulado. Além disso, boa parte da atividade dos colonos era absorvida pelo processo de produção de café e remunerada por salário medido em termos de quantidade de cafeeiros tratados e de sacas de café colhido. Mais ainda, as tarefas complementares à agricultura do café eram desempenhadas totalmente pelo trabalho assalariado de camaradas ou de colonos contratados individualmente para fazer serviços extraordinários. Ainda assim, permitia-se a toda a família contratada de colonos cultivar cereais (milho, feijão e/ou arroz) e hortaliças, criar ou manter animais na propriedade do fazendeiro contratante. A família o fazia por conta própria, usando sua capacidade de trabalho sobrando em relação à que empregava na produção de café.

Que relações eram estas que vinculavam fazendeiros, formadores e colonos quando os primeiros “cediam sem ônus” terra ou pasto para as famílias de trabalhadores usarem para cultivar cereais ou criar animais por conta própria? A análise conclui que trata-se de relação de arrendamento do solo, em que a renda paga ao proprietário territorial manifesta-se sob forma de redução do preço pago aos formadores pelo cafezal encomendado ou sob forma de redução do salário familiar pago aos colonos pelo trato dos cafeeiros e pela colheita dos seus frutos. Em outras palavras, a renda não se manifesta como renda da terra. Ela aparece, em geral, como o contrário da renda, como cessão gratuita de direitos de plantio e/ou uso de pasto. A análise, porém, permitiu reconhecê-la sob a forma da gratuidade do cafezal entregue pelos formadores depois de seis anos de trabalho (a renda auferida pagava o capital-cafezal), de cafezal de quatro anos entregue a baixo preço e de salário baixo pago aos colonos, insuficiente para sua reprodução. Em todos estes casos, o fazendeiro aproveitava sua condição de proprietário territorial para obter renda com a qual reduzia os custos que tinha como capitalista agrícola. Defrontava-

se na constituição das fazendas com formadores de cafezais que desdobravam-se em empreiteiros de cafezais e arrendatários da terra e de seus frutos; e na produção cafeeira com colonos que relacionavam-se com ele como assalariados e arrendatários de certas porções de terras da fazenda.

Esta interpretação levou-me a enfrentar duas questões: a) como demonstrar, empiricamente, que havia de fato uma relação de exploração entre fazendeiros e formadores/colonos e não simplesmente um ato de generosidade do proprietário que adicionava a cessão gratuita da terra ao pagamento feito seja pelo cafezal seja pelo cultivo e colheita do café? b) qual a forma da sociabilidade que definia o arrendamento oculto da terra que ocorria na lavoura cafeeira do Oeste Paulista?

A primeira questão não podia ser respondida de um modo puramente empírico pois não havia caso de formação de cafezal ou funcionamento de fazendas que não envolvesse a cessão de terras. Assim, não havia possibilidade de comparar situações em que houvesse presença com situações em que houvesse ausência de cessão de terras. De fato, ela era um fenômeno estrutural no Oeste Paulista no período considerado. Como demonstrar, então, a tese sem perder as informações empíricas disponíveis?

A saída que encontrei para o problema foi construir duas situações hipotéticas, uma de formação de cafezal e outra de produção anual de café realizada em moldes plenamente capitalistas, com trabalhadores puramente assalariados, e compará-las com situações reais em que se contratavam formadores e colonos, com permissão de uso de terras. As duas situações hipotéticas foram construídas (nos capítulos 1 e 3) com as mais fidedignas informações que encontrei sobre os preços das várias tarefas necessárias seja à produção do cafezal seja à produção do café. O

cotejo entre as situações hipotéticas e as reais confirmou plenamente nossa interpretação: sob relações de pleno assalariamento os gastos de capital para a formação ou para a produção de café seriam muitíssimo superiores do que os efetivamente realizados em situações similares. Desse modo a “cessão de terras” tinha um preço: a renda da terra “descontada” do preço dos cafezais ou do salário dos colonos. Embora o exercício de comprovação tenha me custado uma enorme energia – recorde-se a escassez e a dispersão de dados sobre o assunto – ele permitiu uma reconstrução mais segura da lógica econômica que presidia a dinâmica da cafeicultura no Oeste Paulista.

A resolução da segunda questão, referente à forma social da renda que colonos e formadores transferiam para os fazendeiros, teve um encaminhamento muito diferente. Concluiu-se que se tratava de renda não-capitalista do solo porque era expropriada de produtores simples de mercadorias (os colonos também o eram quando trabalhavam em terras arrendadas). Além disso, apresentou-se indicações plausíveis de que, com os meios de produção e de trabalho disponíveis no Brasil da época, não era economicamente viável a produção de “cereais” em forma capitalista. Com isso ficava vedada a alternativa óbvia dos próprios fazendeiros produzirem milho, feijão e arroz em moldes capitalistas, ocupando a “folga” de capacidade de trabalho das famílias contratadas. Por último, o fato de que a renda não-capitalista fosse um desconto em relação ao valor necessário à reprodução das famílias (ela permitia que o salário pago fosse menor que o necessário à reprodução familiar) não eliminava a possibilidade de elas produzirem nas terras arrendadas produtos equivalentes à diferença que lhes era retirada sob forma de renda e até acumulassem um pecúlio. Esta possibilidade de acumulação era essencial, mesmo que só se efetivasse sob determinadas circunstâncias, pois sem ela havia pe-



rigo de se estancar a corrente imigratória europeia que se dirigia para a lavoura cafeeira no período considerado.

Desta maneira, embora não houvesse mesmo sentido em caracterizar a lavoura de café no Oeste Paulista como semifeudal – e os argumentos de Caio Prado a propósito se mantinham – estávamos diante de relações de produção capitalistas cuja reprodução e extensão na cafeicultura dependiam estruturalmente da instauração de uma relação não-capitalista de exploração baseada no arrendamento disfarçado do solo. De fato, era a propriedade privada da terra que viabilizava – graças a expropriação de renda de produtores simples de mercadorias – a redução de custos de capital despendido seja com o cafezal encomendado aos formadores seja com o salário pago aos colonos.

Que capital, então, era este? Que especificidade tinha esta relação que não conseguia ordenar completamente, nos seus próprios termos, as relações sociais por meio das quais se reproduzia a vida material no Oeste Paulista depois da Abolição?

A resposta que dei a esta questão envolveu articular as dimensões micro e macro da forma de sociabilidade examinada, a organização material das forças produtivas nas unidades produtivas e a estruturação do capital no plano societário.

No plano micro, havia – com os meios de trabalho disponíveis no Oeste Paulista, herdados da produção escravista anterior – uma desproporção entre a capacidade de trabalho necessária para as operações de colheita e a força de trabalho requerida para as operações de cultivo. Esta desproporção manter-se-ia enquanto não se pudesse reduzir, por meio de máquinas, o trabalho necessário para a colheita.

Isso se associava, agora já no plano macro, à fragilidade do capital cafeeiro que se expandia desde o século XIX sem encontrar diante de si

uma massa suficiente de trabalhadores livres disponíveis para serem empregados conforme as flutuações da demanda de força de trabalho ao longo do ano agrícola ou para formarem cafezais a baixo custo.

Com efeito, expandindo-se da órbita do financiamento, da comercialização e do transporte para a da produção de café, o capital teve que gerar através da imigração européia subsidiada uma massa de trabalhadores livres que pudesse substituir os escravos antes usados no âmbito agrícola. É que o capital aplicado à produção de café constituiu a primeira indústria em larga escala do país (indústria no sentido marxista). O seu caráter pioneiro e sua dependência em relação à imigração de trabalhadores europeus – pois se implantou em uma região de população livre rarefeita – tornou-o frágil para conformar plenamente a vida material das fazendas. Sua fragilidade colocava os fazendeiros paulistas diante de dois imperativos difíceis de conciliar: conseguir força de trabalho para o ano agrícola inteiro a custos mínimos – quando a divisão técnica do trabalho envolvia uma grande desproporção entre as exigências do período da colheita e as do período do cultivo – e dar oportunidade de ganho suficiente aos trabalhadores de modo a realimentar de algum modo sua crença e a dos imigrantes em potencial de que poderiam acumular algum pecúlio e, assim, “fazer a América”. O arrendamento não-capitalista do solo a produtores simples de mercadorias – fosse em tempo integral, como era para os formadores, ou em tempo parcial, como era para os colonos – foi a “solução” selecionada pelos fazendeiros paulistas entre as muitas experiências de substituição do trabalho escravo tentadas desde meados do século XIX. No processo de expansão do capital na sociedade brasileira – enquanto lhe faltavam todas as condições para sua reprodução em escala nacional – a propriedade privada do solo, de um lado, bloqueou o acesso ao uso da terra para homens livres que não tivessem di-

nheiro para comprá-la ou arrendá-la e, por outro, viabilizou para os proprietários de terras adequadas ao café uma agricultura capitalista em larga escala com técnicas de cultivo rudimentares e com escassez de oferta de trabalhadores.

A fragilidade e pioneirismo do capital produtivo aplicado na cafeicultura manifestava-se na “permeabilidade” relativa existente entre as várias categorias de trabalhadores diretos no Oeste Paulista: o leque ia dos camaradas solteiros – puros assalariados que constituíam a minoria dos que produziam café – passando pelos colonos – cujo assalariamento era condição para usufruírem a terra dos fazendeiros e constituírem um pecúlio – até alcançar os formadores de cafezais – empreiteiros/arrendatários detentores de maior pecúlio que podiam desde contratar cafezais de quatro anos a partir de terreno desmatado e destocado (por conta dos futuros fazendeiros) até encarregaram-se de formá-lo por seis anos a partir da mata virgem. Dos trabalhadores que participavam do processo de expansão do capital cafeeiro no Oeste Paulista não se podia dizer o que Marx dissera dos proletários que se assalariavam para o capital que se reproduzia dominando completamente a sociedade capitalista: que eram escravos modernos, presos ao capital por fios invisíveis<sup>7</sup>.

Assim – e repito aqui um texto sintético e muito feliz da resenha de *Capitalismo e Cafeicultura*, elaborada por Fernando Novaes – “as formas não-capitalistas não aparecem como resquícios de fases anteriores, nem como resistência à formação do capitalismo; ao contrário, surgem como exigência da própria formação do capitalismo, num dado momento,

---

<sup>7</sup> Em circunstâncias especiais, ainda que difíceis de ocorrer, abria-se a possibilidade dos trabalhadores diretos escaparem não só à condição de assalariados, tornando-se formadores de cafezais, mas também à condição de trabalhadores diretos sem propriedade, tornando-se pequenos proprietários no campo ou na cidade.

numa dada área. A renda não-capitalista e a posse de alguns meios de produção por parte dos produtores diretos podem ser, portanto, em determinadas circunstâncias, não obstáculos, mas fatores da formação do capitalismo. Logo, o processo de constituição do capitalismo é essencialmente contraditório, porque engendra necessariamente formas que, depois, deverá superar”<sup>8</sup>.

Terminado o doutorado, abriram-se novos caminhos de investigação a explorar dentro da mesma ordem de preocupações. Cheguei a iniciar uma pesquisa sobre a lavoura cacaueteira da Bahia – sobre a qual existiam poucos estudos – tendo em vista elaborar um trabalho mais amplo sobre o processo de transição do trabalho escravo para o livre que levasse em conta a sua diversidade regional. No entanto, meus interesses foram se voltando cada vez mais para o campo político, o que me levou a transferir o material levantado sobre a lavoura cacaueteira e a tarefa de investigá-la para um mestrando que, embora fosse muito promissor, não levou até o fim o trabalho, infelizmente.

Meu interesse intelectual pela política surgiu antes mesmo da conclusão do doutorado. Passei a ministrar desde 1978, na graduação de Ciências Sociais, disciplina optativa em que problematizava a vinculação estabelecida entre os principais teóricos do marxismo entre classes sociais e dominação política, ainda que o fizesse dentro de uma perspectiva, digamos, crítico-construtiva. Meu interesse intelectual por esta área acentuou-se no começo dos anos 1980 de dois modos bem distintos.

No plano teórico, avancei no problema na medida que explorava alguns dos desdobramentos contemporâneos dos trabalhos de E. Pasu-

---

<sup>8</sup> Novaes, Fernando A., Resenha de *Capitalismo e Cafeicultura. Oeste Paulista: 1888-1930*. São Paulo, Duas Cidades, 1982, Revista História, São Paulo, 3: 97-98, 1984

kanis<sup>9</sup> e Antônio Gramsci. Na literatura disponível, a vertente que seguia caminhos abertos principalmente pelo trabalho de Pasukanis tentava renovar a análise política marxista discutindo a possibilidade de “derivar” a “forma do Estado moderno” do capital ou de algumas de suas esferas (a da circulação de mercadorias, por exemplo). A vertente que explorava as possibilidades abertas por Gramsci chamava a atenção para importância das ideologias no processo de dominação social e para a complexidade institucional dos sistemas de dominação política, que incluíam não só o que se entendia usualmente por Estado mas também o que ele denominava sociedade civil. Esta renovação do pensamento marxista sobre a política levava, por caminhos diversos, a uma valorização dos aspectos institucionais da atividade política, a deixar de considerar evidente a dominação de classe e, principalmente, a entender a dominação política como processo complexo e problemático, quer dizer, não automático. Esta linha de investigação teórica me parecia promissora e a desenvolvi em várias disciplinas ministradas, tanto na graduação como na pós-graduação. Nesta última, a primeira disciplina de pós-graduação que ministrei, em 1982, "Classes Sociais e Estado Capitalista", discutia a extensa bibliografia de origem européia sobre o assunto. Além disso, elaborei neste época um artigo, “História Administrativa: políticas públicas e regimes políticos”, publicado tempos depois, destinado a fazer com que alguns dos resultados da reflexão que desenvolvia no trabalho docente se transformassem em fundamento teórico de uma pesquisa sobre a evolução da administração pública paulista que se realizava na Fundação para o Desenvolvimento Administrativo (Fundap).

---

<sup>9</sup> Pasukanis, E.B., *La theorie General du Droit et le Marxisme*, trad. De Jean-Marie Brohm, Paris, Etudes et Documentation Internationales, 1970

Entretanto, um convite inesperado da Folha de S. Paulo e o movimento de mudança política que se acelerou a partir de 1983 me atraíram para modos diversos de investigação política.

A partir de março de 1983 passei a fazer parte da equipe de editorialistas da Folha. Ainda que só redigisse dois editoriais por semana e tivesse permanecido nesta atividade por menos de um ano, a experiência de acompanhar o dia-a-dia da política nacional numa situação bastante conturbada foi decisiva para que eu me orientasse para a investigação empírica da política nacional. A experiência jornalística, ainda que muito curta e instigante, envolveu um processo de ajustamento bastante difícil para mim na medida em que a situação obrigava-me a alterar profundamente o padrão de trabalho acadêmico com que estava acostumado: devia interpretar rapidamente as situações sem conhecê-las bem, ao invés de examiná-las o tempo que fosse necessário para entendê-las, e acomodar meu ponto de vista ao proprietário do jornal, ao invés de elaborá-lo de forma autônoma e de preferência inovadora.

A seqüência de minhas atividades de investigação pode ser vista como uma espécie de tentativa de manter o foco na conjuntura política ajustando-o aos padrões acadêmicos que me eram caros. Ainda em 1983 tentei elaborar academicamente, junto com Eduardo Kugelmas, o material que examinava na atividade de editorialista. Apresentamos no Encontro Anual da ANPOCS de 1983 a versão inicial e incompleta de um artigo que denominamos “O mapa ideológico das alternativas econômicas”. Discutimos aí a dissociação crescente que ocorria desde o final de 1982 entre o último governo do regime militar e o empresariado e as fraturas ideológicas que surgiam no interior deste último. Aquela análise embrionária foi reaproveitada mais tarde e, sendo bastante tolerante com as diferenças, ousaria dizer que até nos últimos textos que tenho publicado,

vinte anos depois, ainda posso encontrar ecos daquela forma de focalizar política.

Entretanto, só a partir de 1984 impus-me a tarefa de desenvolver pesquisa sistemática sobre política brasileira contemporânea. Minha intenção era superar, ao mesmo tempo, as insuficiências da teoria para lidar com fenômenos conjunturais e as deficiências de informação que dificultavam identificar as tendências presentes e suas projeções no futuro. Isso levou-me a conceber e efetuar, em colaboração com Eduardo Graeff, principalmente, duas pesquisas consecutivas sobre a vida política brasileira contemporânea: "Inventário da Vida Política Brasileira (1964-1985)", realizada entre novembro de 84 e maio de 85, e "A Transição para a Democracia: Mudança Estrutural e Conjunturas Políticas", que começou em 1986 e encerrou-se em 1994. Estas duas pesquisas permitiram realizar um conjunto de três tipos de atividades inter-relacionadas.

Em primeiro lugar, nossas atividades envolveram a criação de um instrumento adequado para pesquisar conjunturas políticas, o que fazia parte dos objetivos do segundo projeto de pesquisa antes mencionado. Procuramos construir um sistema de informações políticas gerenciado por microcomputador que pudesse cumprir a finalidade desejada, permitindo acesso rápido e seletivo à informação política tão completa quanto possível. Projetamos construir um sistema que não apenas fosse adequado para analisar a política nacional focalizando suas conjunturas mas fosse de uso mais amplo, permitindo também acompanhar, por exemplo, as disputas políticas relativas a temas específicos ou a atuação de atores determinados. Gastamos meses de trabalho intenso para elaborar o esquema de coleta e organização da informação a ser colhida em alguns jornais diários. Procuramos absorver a experiência internacional mas ela ou era cara demais e muito orientada para uma pesquisa específica como

a metodologia usada por Charles Tilly ou era muito exigente em capacidade de memória de microcomputador – muito cara na época -- e dependente de captar em meio eletrônico os textos integrais produzidos para jornais já informatizados. Nós tínhamos poucos recursos para contratar pessoal e comprar software e o nosso maior computador tinha 15 megabytes de memória (10 disquetes). Em parte, foi em função destas restrições que chegamos ao formato final do POLI – Banco de Dados da Política Nacional e o construímos com a ajuda de programadores e de pesquisadores jovens, recém formados em Ciências Sociais, de notável dedicação ao trabalho.

As fontes de POLI eram quatro jornais: a Folha de S. Paulo, o Estado de São Paulo, a Gazeta Mercantil e o Jornal do Brasil. Seleccionavam-se diariamente eventos políticos nacionais – declarações, discursos, publicações, reuniões, assembleias, movimentos etc. -- relatados nas matérias dos jornais e elaborava-se, depois, um resumo de cada evento de no máximo 15 linhas, usando as informações constantes nas matérias jornalísticas. Havia um conjunto de critérios para a seleção dos eventos. Cada evento resumido era acompanhado de informações sobre a cobertura que tinha recebido da imprensa consultada, sobre o destaque que havia recebido e sobre a localização das fontes utilizadas. Ademais, os resumos de eventos eram indexados segundo o tipo de evento, de sujeito, de objeto da ação e detalhes do evento por meio de um vocabulário controlado. Os próprios resumos eram redigidos de forma padronizada, segundo regras muito precisas. O sistema de produção do banco era bastante complexo: envolvia equipes de selecionadores, de redatores, de indexadores, de encarregados de corrigir erros e de inserir os registros no



sistema; e demandava supervisão e aperfeiçoamento constantes<sup>10</sup>.

Quando o POLI deixou de ser atualizado, ele constava de 129 mil registros (eventos) que cobriam mais de oito anos da vida política nacional, de 1º de janeiro de 1987 a 31/03/1995. Ao longo deste período ele foi usado em várias pesquisas pelos investigadores do Instituto de Pesquisa Social da Fundação Sociologia e Política de São Paulo, onde o banco de dados era elaborado, e pelos usuários do Prodasen do Senado Federal a quem fornecíamos diariamente os registros. Depois disso o POLI ainda serviu de fonte básica de informações para uma pesquisa que coordenei, de final de 1995 a 1996, no Centro de Estudos de Cultura Contemporânea (CEDEC), para pelo menos uma tese de doutorado (de Ronaldo Baltar) e para minha tese de livre-docência.

Embora o POLI já tenha servido a propósitos relevantes, lamento que não tenha produzido, nem de longe, o impacto que poderia causar. Sublinho que a consulta a seu acervo permitia recuperar informações sobre qualquer assunto indexado. Assim, o trabalho de gerá-lo constituía uma sorte de pesquisa social básica, produtora de informações organizadas e acessíveis para qualquer investigação específica. Ele poderia, imaginávamos, servir a usuários acadêmicos e a não acadêmicos. Fizemos um grande esforço para que as universidades paulistas e algumas empresas jornalísticas obtivessem acesso ao POLI. No entanto, de um lado, creio que o produto era avançado demais para o estágio de informatização da sociedade brasileira de então. Só no fim do período de produção do POLI as redações dos jornais introduziram sistematicamente o computador nas suas redações. E os livros das bibliotecas universitárias (com

---

<sup>10</sup> O trabalho de supervisão da produção do banco foi realizado durante quase todo o tempo em que ele foi produzido por Sylvia Gemignani Garcia

poucas exceções) só eram localizáveis por meio de velhos fichários. De outro lado, a mentalidade patrimonialista dominante, sublinhou-me um colega da UNICAMP, dava preferência à compra de uma propriedade ou à contratação de pessoal, mesmo que o custo fosse maior, do que à aquisição de serviços, algo que não se podia controlar. Embora tais explicações pareçam razoáveis, o importante é hoje o problema da difusão daquele excepcional instrumento de informação está em vias de ser superado: a partir de 2004, o POLI será de acesso público e gratuito, dentro de um sistema cooperativo de troca de informações cuja construção estou coordenando atualmente.

O segundo tipo de atividade que desenvolvi no âmbito daqueles projetos foi elaborar um conjunto de artigos em que tentava focalizar os processos políticos de “curta duração” vinculando-os às transformações estruturais contemporâneas. Desses artigos, destaco dois, por sublinharem aspectos da “transição política” que a literatura relativa ao assunto tendia a não considerar da forma que me parecia – e parece – adequada. Um deles, publicado em livro de 1988, fazia uma análise do fracasso do Plano Cruzado no interior do processo de transformação política que o país experimentava. Denominei-o “Por que não tem dado certo: notas sobre a transição política brasileira”<sup>11</sup>. Ele merece ser destacado, em primeiro lugar, porque tenta enfatizar a complexidade do fenômeno político em questão e a necessidade de tomar em conta pelo menos vários níveis de análise para explicá-lo. Recordo que, já então, a análise política se movia em direção ao insulamento no plano político-institucional e a “opinião pública” experimentava desde o fracasso do Plano Cruzado uma

---

<sup>11</sup> Sallum Jr., Brasílio, “Por que não tem dado certo: notas sobre a transição política brasileira”, in Lourdes Sola (org.) *O Estado da Transição: Política e Economia na Nova República*, São Paulo, Editora Revista dos Tribunais, 1988.

frustração muito grande em relação à chamada transição democrática. É neste contexto que devem ser entendidos os seguintes parágrafos:

“Têm-se atribuído tal situação negativa à incapacidade de comando ou à falta de estatura política do presidente da República, à inconsistência político-ideológica do PMDB, à inexperiência de seus economistas, à politicagem dos políticos profissionais, à exclusão das massas populares do processo político etc.

Qualquer um desses fatores terá o seu papel na explicação do que se desenha como um certo estancamento da transição ou, no mínimo, uma perda de orientação do processo. Não creio, porém, que se alcance a raiz do problema identificando características do governo Sarney, dos partidos, da representação e assim por diante.

Certamente se avançará na explicação se este nível de análise for inserido no contexto da mudança de regime político. Mas não será o bastante pois, no atual período da vida política brasileira, vive-se mais do que a agonia do regime autoritário de base militar e o nascimento de outro que se projetava mais democrático e de base civil. A história recente, da Nova República, mostrou que se torna cada vez menos viável manter a transição dentro do leito das reformas político-institucionais. Ela encontra dificuldades de se completar porque isto envolve encaminhar a resolução de um conjunto de crises -- em sentido amplo -- que extravasam largamente tais limites.

Estão em crise o padrão anterior de articulação entre capitais locais - privados e estatal - e o capital internacional; a forma existente de agregação e representação de interesses econômico-sociais gerados em uma sociedade cada vez mais complexa; e a relação entre setor público e privado no processo de desenvolvimento capitalista. Tais crises se condensam no núcleo político da sociedade pondo em cheque não só o regi-

me que se busca substituir mas a própria forma de Estado, o Estado intervencionista vigente.”<sup>12</sup>

Em segundo lugar, o artigo procura explicar o fracasso do Plano Cruzado não só à luz da crise de Estado (entendida como um certo tipo de crise política) mas atribuía o seu fracasso ao fato de ele tentar resolver a crise econômica com uma falsa percepção da sua natureza mais profunda, sustentava-se em projetos divergentes e incompatíveis de articulação Estado/mercado e era atravessado por disputas agressivas entre os vários centros de poder governamental. Em terceiro lugar, o texto sublinhava que – ao contrário da crença corrente (e que se mantém até hoje) – os economistas no governo, suas idéias e projetos, deviam ser vistos como parte de um sistema que tinha no seu topo a Presidência, mesmo em um governo tão frágil como o do presidente Sarney. Devo admitir, porém, que este último ponto apareceu no texto sem o devido destaque, inscrito na análise substantiva.

O outro artigo para qual chamo a atenção é “Transição Política e Crise de Estado”, publicado em 1994<sup>13</sup>. Neste trabalho busco enfrentar o problema teórico central que aparecia enunciado no artigo sobre o Plano Cruzado como crítica às análises substantivas do processo de transição política. O texto inicia por uma crítica direta à estreiteza teórica com que os líderes intelectuais da chamada “transitologia”, Guillermo O’Donnell e Phillipe Schmitter, tratavam o processo: fixando-se nas transformações do regime político, concebido de forma abstrata, e focalizando a política em termos das orientações política dos atores, como se o enraizamento

---

<sup>12</sup> Idem, *ibidem*, pg. 119. O texto lembra que Florestan Fernandes, de uma forma diversa, também chama atenção para a impossibilidade de entender a transição como meramente política.

<sup>13</sup> Sallum Jr., Brasília, “Transição Política e Crise de Estado”, Lua Nova – Revista de Cultura e Política, n° 32, São Paulo, Cedec, 1994.

sócio-econômico do regime e dos atores não tivesse qualquer relevância analítica. Tento, na seqüência, mostrar – embora de forma esquemática e imprecisa, aos olhos de hoje – como se poderia articular os conceitos de Estado e regime político de modo a preservar as conexões significativas entre política, estrutura social e vida material. Ao mesmo tempo, sublinho a importância das formas institucionais do Estado (as variações de regime) e o efeito que produzem na vida política e social. O mais importante, porém, é que tento mostrar como a mudança de ótica teórica poderia afetar a compreensão substantiva do processo de transição. Mostro que a nova ótica permite elaborar uma periodização diferente do processo, deslocando o seu desencadear para o começo dos anos 80. Deste ponto de vista, as transformações do regime só se transformam em crise quando o próprio Estado desenvolvimentista que lhe dá sustento entra em agonia. Qualifico a crise de Estado como de hegemonia da aliança desenvolvimentista e principalmente tento mostrar as conexões entre crise de Estado e crise de regime. Por fim, faço uma reconstituição esquemática da incapacidade dos atores coletivos, tanto sociais como políticos, gerarem uma saída da situação de crise em que se encontram e a atribuo à dissociação entre seus projetos – apegados aos modelos do passado – e a nova situação de globalização do capitalismo e de democratização da vida política nacional. Embora deixando muitos fios soltos na reconstituição do processo substantivo de transição política e contendo formulações insuficientemente elaboradas do ponto de vista teórico, “Transição Política e Crise de Estado” contém as bases de minha interpretação atual do processo em pauta.

O terceiro tipo de atividade que desenvolvi, focalizando a vida política nacional, foi elaborar e divulgar análises de conjuntura política com prazos de referência bem curtos. Com isso, realizava de forma ex-

trema, uma das intenções básicas das pesquisas que haviam canalizado minhas atividades para análise política, o acompanhamento cotidiano da conjuntura. Essa linha de trabalho levou à publicação de dois boletins, um deles, denominado “Conjuntura Política”, de periodicidade quinzenal, editado em associação com Eduardo Graeff em 1990; o outro, denominado “Carta Política”, editado semanalmente a partir de 1991 em colaboração com Graeff e Sérgio Sister e do qual participei até janeiro de 1995.

A edição desses boletins, que ocorria em paralelo à produção diária do Banco de Dados POLI, manteve-me imerso no dia-a-dia da política nacional por todos esses anos. Imerso é bem a palavra, porque a produção de no mínimo um e, em geral, dois artigos semanais, com a intenção de antecipar os cursos mais prováveis dos eventos, obrigava-me a dar uma atenção obsessiva às informações diárias fornecidas pelos jornais e pelos próprios políticos profissionais. No caso isso era especialmente verdadeiro, em função da extraordinária incerteza política que marcou o período em que foram editados os boletins, do governo de Fernando Collor de Mello até a posse de Fernando Henrique Cardoso na Presidência da República.

A produção intensa de artigos sobre conjuntura política nacional – foram mais de 300 artigos curtos – teve uma dimensão extremamente positiva: a obrigação de antecipar acontecimentos ensinou-me muito, por acertos e erros, dos mecanismos de funcionamento da política brasileira e de como identificar no noticiário da imprensa os sinais do provável comportamento dos atores. Acabei fazendo com razoável sucesso a pretendida sondagem das seqüências mais prováveis de eventos políticos para antecipá-los.

No entanto, a periodicidade semanal das análises e a demanda do público leitor para quem elas eram dirigidas – políticos profissionais, exe-

cutivos da área pública e privada etc. – dificultavam a referência a processos importantes de mudança estrutural subjacentes. As análises tendiam, em função disso, a se concentrar no plano político-institucional e nos problemas imediatos da gestão econômica governamental. Mesmo no que se refere à política governamental, as questões que eram marginalizadas da agenda política pelos atores fundamentais e, principalmente, pelo próprio governo tendiam a sair do campo de observação e análise, empobrecendo a percepção que se tinha da situação analisada.

A insatisfação provocada pela produção de análises demasiado presas aos eventos de superfície da conjuntura -- acrescida das dificuldades de obter financiamento para sustentar o banco de dados POLI -- levaram-me a abandonar tais atividades, no ritmo permitido pela preservação dos compromissos morais que tinha com os colegas nelas envolvidos.

Decidi então concentrar-me na redação de trabalho que consolidasse e expandisse as análises que realizara ao longo dos anos em torno do processo de transição política brasileira. O resultado foi apresentado, ainda em 1995, como tese de livre-docência em sociologia. Ela foi defendida perante banca examinadora constituída por Luiz Gonzaga Belluzzo, José Luiz Fiori, Eros Grau, Francisco de Oliveira e Gabriel Cohn, que a presidiu. No ano seguinte foi publicada, com algumas alterações de forma e conteúdo, sob o título de *Labirintos - Dos generais à Nova República*<sup>14</sup>.

Não pretendo resumir aqui o conteúdo do livro. Gostaria de chamar a atenção, porém, para algumas diretrizes que segui e alguns resultados. Em primeiro lugar, procuro de forma mais sistemática que nos

---

<sup>14</sup> Sallum Jr., Brasílio, *Labirintos - Dos Generais à Nova República*, São Paulo, Ed. Hucitec, 1996.

artigos antes comentados, “reconstruir o processo de transição [que envolvia múltiplas crises e cujo final ainda estava em aberto] apanhando as conexões significativas entre as várias esferas da sociedade envolvidas na mudança em pauta, desde a econômica até a política institucional”<sup>15</sup>. Em segundo lugar, amplio no livro a crítica feita, no artigo “Transição Política e Crise de Estado”, às tendências dominantes na análise política. Além da literatura focalizada nos atores, critico as análises sistêmicas e institucionais. Reivindico de ambas ampliarem seu campo de observação e análise para tomarem em conta a presença estrutural das relações sócio-econômicas na vida política. Critico-as também por evitarem reconhecer que o cerne da vida política é sempre – mesmo em regimes democráticos -- constituído de relações de dominação entre segmentos distintos da sociedade. Sublinho que a superação destas insuficiências exigiria a retomada do conceito de Estado na análise política, ao menos aquele que aponta para os vínculos entre desigualdades de poder, estrutura social e suas bases materiais. Em terceiro lugar, critico também a tradição de sociologia política “uspiana” da qual provenho mas, ao invés de abandoná-la, proponho-me a *renová-la* respondendo de *forma positiva* às exigências, que considero pertinentes, dos advogados do institucionalismo no sentido de se considerar seriamente “o peso histórico de certas estruturas institucionais e as conseqüentes diferenças de funcionamento das principais normas que configuram variações nos regimes políticos”<sup>16</sup>.

Conseguí converter os propósitos do livro em resultados? A julgar por sua ‘apresentação’, redigida por Gabriel Cohn, por resenhas elaboradas por críticos qualificados e pelo prêmio de “melhor ensaio social do

---

<sup>15</sup> Sallum Jr, Brasília, op. Cit., pg. 9. Acrescentei, para um melhor entendimento, a observação entre colchetes.

<sup>16</sup> Idem, ibidem, pp. 12 e 13. O trecho entre aspas é de Bolívar Lamounier.



ano” que concedeu ao livro a Biblioteca Nacional, consegui realizar boa parte das intenções expressas na sua Introdução.

Dentre os resultados do livro destaco apenas alguns, que considero contribuições relevantes para o conhecimento do processo de transição política<sup>17</sup>. De início, sublinho o estudo feito no capítulo Crise do Estado e Democratização sobre a dinâmica da crise do Estado desenvolvimentista e seu desdobramento na agonia e morte do regime militar. Estuda-se aí como uma “crise econômica” produziu, em terreno fértil (pois o Estado estava enfraquecido e o regime militar controlava com grande dificuldade o processo de liberalização política que desencadeara), uma crise de Estado – de hegemonia -- que, por sua vez, “se resolveu” em crise e superação do regime militar. No entanto, apesar das expectativas dominantes de “conciliação nacional” vinculadas ao novo governo civil eleito, a crise de Estado não foi superada plenamente, embora abrisse passo para um processo acelerado de democratização política. O argumento central é que a dinâmica político-institucional sozinha não permite explicar a passagem da liberalização para a democratização. A crise econômica e a crise de Estado permitem fazer esta ligação. Mais ainda, o fim do regime militar e a escolha de um novo governo civil não encerra a crise porque, antes de tudo, ela não era apenas político-institucional. Da mesma maneira, e pela mesma razão, a eleição direta de Collor não podia resolver a crise. Embora esta questão tivesse sido abordada em artigo anterior, em *Labirintos*

---

<sup>17</sup> O livro foi muito recebido no meio acadêmico. Foi premiado pela Fundação Biblioteca Nacional com o Prêmio Sérgio Buarque de Holanda, para melhor Ensaio Social. Gabriel Cohn deu-me a honra de redigir uma elogiosa apresentação nas ‘orelhas’ do livro e vários cientistas sociais fizeram resenhas críticas com apreciações bastante positivas do trabalho. Refiro às resenhas elaboradas por Carlos Guilherme Mota, no *Jornal de Resenhas* da Folha de S. Paulo, 14/06/1997, pg. 3, Sebastião Velasco e Cruz, na *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 12, n° 35, 1997, pp. 149 a 153 e por Basilia Aguirre, na *Revista de Economia Política*, vol 18 n°1(69), 1998, pp. 204 a 207.

ela foi desenvolvida de modo muito mais completo e multidimensional.

Um segundo ponto a destacar é a análise feita no capítulo “Em busca de um novo regime” (capítulo 3) sobre o processo de mudança institucional ocorrido na Nova República. Procura-se explorar aí, em direção inversa à do capítulo 2, a relação entre as dinâmicas político-institucional e a sócio-econômica. Mostra-se como a luta pelo reposicionamento dos vários centros de poder no Estado se articulava com a atuação dos atores coletivos na cena pública, afetando profundamente as formas de enfrentar as dificuldades sociais e econômicas existentes (ou a interpretação dada pelos atores à crise de Estado). Ressalta-se aí que, especialmente no primeiro ano de governo Sarney, a luta pela recuperação do poder presidencial – muito diminuído frente aos demais centros de poder estatais no processo de transição – envolveu o descrédito sistemático dos ministros que adotavam iniciativas reformistas (à direita ou à esquerda) que encontrassem qualquer resistência dos segmentos atingidos. Além disso, sublinha-se a conexão entre a reafirmação política da Presidência dentro do Estado e do Estado frente às forças sociais e o caráter heterodoxo das iniciativas presidenciais destinadas a enfrentar a crise econômica. Explico-me melhor: “...as políticas heterodoxas sempre foram justificadas em nome da iminência da desordem econômica. E assim foram entendidas pela maioria da população, bombardeada pela retórica governamental e dos meios aliados de comunicação de massa. Mas seu sentido básico foi de impor ou ampliar – mesmo por meio da crença no seu caráter salvador – a autoridade política governamental tanto sobre os partidos e centros de poder existentes dentro do Estado como sobre a descosturada aliança desenvolvimentista. Por meio de medidas extraordinárias, de éditos autoritários, supostamente salvadores, calavam-se divergências e manietavam-se os antigos pactantes, de forma a impor-

lhes um novo pacto que resolvesse, de uma vez e em determinada direção, a crise do Estado, raiz das dificuldades econômicas que se buscava superar”. No entanto, como os planos não conseguiam resolver a crise, esvaía-se “a aura salvadora da heterodoxia, voltava a política econômica aos seus padrões costumeiros, ortodoxos, respeitadores das leis da propriedade e do mercado. Os poderes subalternos que, mesmo constrangidos, haviam já resistido às iniciativas reformistas dos heterodoxos, voltavam a atuar de forma mais solta, orientados para a realização de interesses próprios”<sup>18</sup>. Por fim, ainda no capítulo 3, analiso o Congresso Constituinte focalizando-o como arena de luta em que intervêm os vários centros de poder do Estado e as diversas forças sociais que atuavam na esfera pública.

Um terceiro ponto a sublinhar consta do capítulo “No labirinto da crise”: procuro identificar aí os determinantes fundamentais da crise do Estado desenvolvimentista e a natureza das dificuldades que os atores encontravam para superá-la. Faço isso a partir da análise da gestão econômica do governo Sarney e da sua tentativa de elaborar uma nova política industrial para o país. Argumento aí que a chave para a interpretação da crise está em reconhecer o anacronismo desta forma de Estado. Anacronismo não só derivado da mudança das condições internacionais que o sustentavam mas também das condições sócio-políticas em que se fundava. De fato, “tanto a Nova Política Industrial do governo Sarney como a sua política econômica foram tentativas de superar a crise de Estado recuperando o alto grau de autonomia que havia tido tanto em relação à sociedade como em relação ao sistema capitalista mundial, autonomia que não tinha mais como sustentar-se seja no plano interno como no

---

<sup>18</sup> Idem, *ibidem*, pp. 131 e 132.

plano externo”. Não se tratava, pois, apenas de um anacronismo estrutural entre uma forma de Estado e as suas condições de sustentação. No plano externo, por exemplo, o descompasso estrutural entre o padrão de desenvolvimento autônomo e a transnacionalização do capitalismo converte-se, cada vez mais ao longo dos anos 80, em pressão do governo dos EUA e das agências multilaterais de crédito em favor da “liberalização econômica”; por outro lado, frente a isso, os atores domésticos relevantes, por sua capacidade de moldar as políticas de Estado, também tiveram enorme dificuldade para lidar com a nova situação, divergindo quanto à forma de enfrentá-la. E discrepavam, não apenas porque ocupavam posições diferentes na estrutura social e assumiam interesses “objetivos” distintos, mas também porque os assim chamados “interesses objetivos” eram elaborados simbolicamente segundo um leque bastante amplo de idéias, cujas balizas mais relevantes eram o nacional-desenvolvimentismo e o liberalismo econômico. Ainda assim, sustento no final do capítulo, tais impasses políticos não impediram que fossem lançadas as “sementes de um novo pacto” de sustentação do Estado, inclinado ao liberalismo econômico e à preservação da democracia.

Por último, julgo ainda relevante reiterar, contra os que qualificavam os anos 80 como “a década perdida” ou a Nova República como uma forma disfarçada de autocracia, a avaliação com que concluo a análise:

“O insucesso da Nova República em superar as crises que herdou do começo dos anos dos anos 1980 não deve obscurecer seu significado positivo para a construção de uma democracia estável no Brasil. Ela constituiu, de fato, passo importante naquela direção. Sem quebra das regras básicas de convivência democrática, na Nova República os diversos segmentos sociais, incluídas as massas populares, puderam lutar por seus interesses e idéias, com grande liberdade de organização e atuação.

Este florescimento político contribuiu para consolidar o processo de democratização da sociedade, gestado nos anos 70, dificultando ao mesmo tempo a viabilização de “soluções” autoritárias para as crises legadas pelo passado. Desse ângulo, se é verdade que a Nova República começou como uma sobrevida deteriorada da velha aliança desenvolvimentista, terminou por impedir que ela se reconstituísse por algum “pacto de adesão” de estabilidade precária. Constituiu, desta forma, um arranjo político [isto é, não um regime] que garantiu um tempo de liberdade para a experimentação de novas alternativas de pactação sócio-política, que deu um tempo para os atores aprenderem a formular seus interesses mediante novas idéias mais ajustadas às circunstâncias, que deu uma espécie de *sursis* para que a sociedade pudesse começar a renovar o seu pacto de dominação, reformar o Estado e gerar um novo regime político.”<sup>19</sup>

Depois do concurso de livre-docência desdobrei minhas atividades de investigação com base empírica em duas linhas complementares, uma referente ao processo de liberalização econômica do Brasil e outra cujo objetivo é comparar as transições políticas brasileira e mexicana. Ademais, venho desenvolvendo uma pesquisa teórica (por enquanto) sobre classes sociais e ação coletiva – a partir da qual ministrei diversos cursos de graduação e pós-graduação – e um projeto que visa expandir a infraestrutura de pesquisa das ciências sociais no Brasil, cuja descrição será feita com mais vagar na seção deste memorial referente às atividades acadêmicas de construção e gestão institucional.

A primeira linha de pesquisa derivou diretamente da tese de livre-docência. Esta descrevia e explicava o processo de desagregação do pac-

---

<sup>19</sup> Idem, *ibidem*, pp. 198 e 199. Observação entre colchetes acrescentada na redação atual.

to desenvolvimentista e terminava identificando, já no final da década de 80, o surgimento de elementos para um novo pacto. Já no final de 1995 comecei a desenvolver pesquisa sobre a relação entre política e economia em conjunturas determinadas, explorando os dados do banco de dados POLI, com uma brilhante equipe de jovens cientistas sociais do CEDEC<sup>20</sup>.

Em 1996 comecei uma pesquisa individual sobre *A nova estratégia brasileira de desenvolvimento* cobrindo os anos 90 e, em especial, o governo Cardoso, com um cronograma que previa que eu a completasse durante estágio de pós-doutoramento de um ano na Universidade de Stanford<sup>21</sup>.

O levantamento inicial de documentos e várias entrevistas com técnicos de governo e especialistas me permitiram apresentar já em 1996 alguns resultados parciais<sup>22</sup>, em que já pude identificar certa duplicidade na gestão econômica do governo Cardoso.

Desde fevereiro de 1997 até janeiro de 1998 continuei a pesquisa no Center for Latin American Studies da Universidade de Stanford. A justificativa que apresentei para continuar a investigação nos EUA – a possibilidade de absorver os resultados das pesquisas mais recentes sobre o processo de globalização e sobre as experiências mexicana e indiana de

---

<sup>20</sup> A pesquisa era financiada pela Finep e denominava-se “Política e Economia na Crise do Estado Desenvolvimentista” e se desenvolveu do fim de 1995 até 1997, embora eu tenha coordenado somente até final de 1996, pois fui em 1997 para os EUA. Enquanto eu a coordenei, participavam da pesquisa Claudio Couto, Fernando Abrucco, Ronaldo Baltar e Valeriano Costa. A pesquisa foi completada em 1997 sob a coordenação de Gildo Marçal Brandão.

<sup>21</sup> A Fapesp concedeu o auxílio e depois, junto com a Fundação Fulbright, a bolsa de pós-doutorado.

<sup>22</sup> Sallum Jr., Brasílio, “Brasil. Una Transición difícil de completar”, *Nueva Sociedad*, n° 144, pp. 6-16, Caracas, 1996 e “Entrevista com Fernando Henrique Cardoso”, *Lua Nova*, n° 39, São Paulo, 1997

liberalização – mostrou-se corretíssima. Passei um ano lendo o que de mais recente havia sido publicado sobre o processo de globalização nas excepcionais bibliotecas da universidade. Ao mesmo tempo, as facilidades de pesquisa pela *internet* nos EUA eram muito maiores que as daqui. Assim, não tinha dificuldades para manter-me a par das vicissitudes das gestão econômica de Cardoso. Ademais, participei em Stanford de dois grupos de discussão -- um sobre o Brasil e outro em que discutiam questões políticas relativas aos chamados países emergentes -- o que me permitia entrar em contato com assuntos de meu interesse de pontos de vista muito diversificados.

As facilidades de pesquisa oferecidas pela universidade e, em especial, a tranqüilidade para trabalhar sem interrupções, permitiram formular de forma mais consistente os resultados da investigação em tempo relativamente curto. Escrevi, então, o artigo “Globalização e Estratégia para o Desenvolvimento: o Brasil nos anos 90”<sup>23</sup> em que procuro dar conta dos resultados das leituras realizadas e da análise do material de que dispunha. Dividi o texto em duas partes. Na primeira, fazia a crítica da literatura econômica e da ciência política que interpretavam o processo de globalização como de homogeneização liberal, o que tirava qualquer relevância da “estratégia de desenvolvimento nacional” como problema. A argumentação aceitava, porém, o fato de que o processo de globalização tinha colocado os estados nacionais em uma nova situação estratégica: “as alternativas agora já não são mais de construção de distintas estratégias de construção de capitalismo nacionais. Esse tempo já passou. A

---

<sup>23</sup> Sallum Jr., Brasílio, “Globalização e Estratégia para o Desenvolvimento: o Brasil nos anos 90, in VV.AA., *Sociedade e Estado: Superando Fronteiras*, São Paulo, Fundap, 1998. Pouco depois escrevi redigi um artigo de divulgação argumentando em favor do mesmo ponto de vista “A estratégia do Brasil na Globalização”, Revista BOVESPA, Ano V, nº 49, outubro de 1997

questão central não é tanto se cada sociedade integra-se ou não ao capitalismo transnacionalizado (de fato várias sociedades ainda estão à margem do sistema, principalmente na África) mas *como* está integrada.”<sup>24</sup> Em função disso, parecia-me razoável, na época, entender por estratégia nacional a “orientação básica resultante do conjunto de políticas estatais em relação à atividade econômica, orientação básica que emerge por tentativa e erro, default, compromisso etc., ao longo do tempo”<sup>25</sup> Note-se que, segundo este entendimento, a estratégia era entendida como *resultante* de um conjunto de políticas que emerge de disputas, compromissos etc. Ainda assim a noção não se confundia com o próprio *processo* de desenvolvimento, pois este não teria como ser controlado completamente pela ação do Estado. A segunda parte do artigo era dedicada a examinar *se e qual* estratégia para o desenvolvimento surgia no Brasil dos anos 90. Depois de descrever a inflexão liberal ocorrida no governo Collor eu fazia um exame das várias políticas em relação à economia implementadas no governo Cardoso e concluía: “em suma, o conjunto de políticas que o governo brasileiro vem adotando, seja por diretriz própria, seja porque assimila pressões vindas de segmentos organizados da sociedade, parece adquirir aos poucos uma orientação estratégica: de um lado, renasce o desenvolvimentismo legado pelo passado, mas dentro de um molde liberal estreito; e, de outro, define a aspiração de construir um espaço econômico nacional autônomo, mas cresce a de gerar com seus vizinhos sul-americanos um bloco econômico regional relativamente aberto. Trata-se de uma estratégia embrionária de competição no mercado internacional (...) Talvez não seja inadequado denominá-la de estratégia *liberal-*

---

<sup>24</sup> Idem, *ibidem*, pag. 254.

<sup>25</sup> Haggard, Stephan, *Pathways from Periphery*, Ithaca e New York, Cornell University Press, 1990



*desenvolvimentista*, com a especificidade de que a inserção global se dá através da organização de bloco regional (...). A denominação adotada (...) vincula propositalmente as denominações das duas principais orientações ideológicas que têm balizado o debate em torno da política econômica brasileira desde o pós-guerra”.<sup>26</sup>

Embora as concepções de *estratégia nacional* e de *estratégia liberal-desenvolvimentista* não me parecessem plenamente satisfatórias, tanto que as fui aperfeiçoando na seqüência das investigações, só bem mais tarde as deixei de lado quando preparava um texto para o *Dossiê FHC – 1º Governo* que organizei para a *Tempo Social – Revista de Sociologia da USP* (1999). O núcleo do mal-estar em relação aos conceitos referidos estava na necessária atribuição *pelo analista* de uma estratégia – termo que usualmente supõe um ator, individual ou coletivo, que a formule positivamente – ao Estado, ainda que os seus dirigentes não tivessem a percepção da *resultante* que fora *descoberta* pelo analista. Abria-se, dessa maneira, um enorme campo para o preenchimento dos vazios e inconsistências da ação estatal com as aspirações políticas do analista. Mas o essencial da dificuldade estava na suposição implícita que o conceito fazia de que houvesse unidade na ação estatal, embora a definição de estratégia como *resultante* tendesse a fazer dessa unidade uma *imputação*. Ora, justamente o processo de mundialização que se experimenta há mais de dois decênios não só produziu uma redução do peso do Estado nacional na conformação dos processos de desenvolvimento, como tendeu a enfraquecer a sua unidade de ação. E, dependendo da organização política, a ação estatal pode apresentar uma grande heterogeneidade no que se refere às orientações de suas políticas. Mais ainda: abre-se a possibilidade de

---

<sup>26</sup> Sallum Jr, *ibidem*, pp. 271 e 272.

que políticas específicas do Estado sejam produto de coalizões políticas setoriais (por exemplo, a política de saúde no Brasil) não incompatíveis mas diferenciadas em relação à aliança política que sustenta tal ou qual governo ou forma de Estado. A organização política brasileira, por exemplo, moldada pelo que se tem chamado de “presidencialismo de coalizão”, é uma das que tendem a favorecer uma grande heterogeneidade na ação estatal, em razão da formação de coalizões de governo que cobrem um espectro partidário muito amplo. Assim, a identificação de uma “estratégia nacional” em uma sociedade qualquer não pode ser considerado principalmente um problema de construção analítica. Antes de tudo, ter ou não uma estratégia e qual estratégia se tem são problemas políticos efetivos que os governos podem ou não resolver ou, mesmo, sequer formular.

Em função disso, no artigo a que me referi, de 1999, “O Brasil sob Cardoso: neoliberalismo e desenvolvimentismo”<sup>27</sup>, em lugar de tentar reconstituir uma unidade estratégica, mesmo que embrionária, a partir de políticas bastante heterogêneas do Estado em relação à economia, sublinho esta diversidade embora procurando identificar as orientações básicas polares em torno das quais podem ser aproximadas as ações do Estado em relação à economia. Tais diretrizes básicas (o fundamentalismo de mercado e o liberal-desenvolvimentismo) são construídas no artigo como orientadoras da ação de diferentes setores governamentais e são identificadas como dilemas para o governo. Dilemas que não só balizam as políticas possíveis de governo mas também constituem pólos de uma escolha posta permanentemente para a Presidência da República enfrentar, qual seja, a de definir o peso que as políticas orientadas segundo ca-

---

<sup>27</sup> Sallum Jr., Brasília, “O Brasil sob Cardoso: neoliberalismo e desenvolvimentismo”, *Tempo Social – Revista de Sociologia da USP*, vol. 11, n° 2, 1999.

da um dos cursos alternativos de ação teria na ação governamental.

Além da mudança apontada, o artigo introduz três outras contribuições que considero relevantes para a análise política do assunto examinado. Destaco, em primeiro lugar, o caráter sociológico da análise: no texto, a construção da nova hegemonia política é reconstituída a partir da internalização parcial pela maioria do empresariado – na segunda metade dos anos 80 – das tendências ideológicas neoliberais que se difundiam desde os anos 70 a partir do seu epicentro anglo-americano ( ou, melhor, Wall Street/City) para o resto do mundo – até alcançar predomínio entre os políticos profissionais e os dirigentes do Estado; ademais, dentro deste processo sublinha-se o papel das lideranças políticas em construir uma “fórmula” que permita a adesão de forças significativas para tomar o poder e conservá-lo. Não se trata de negar os elementos de *fortuna* presentes na situação – eles são devidamente enfatizados – mas de sublinhar, contra o politicismo, os fundamentos societários do processo de construção da hegemonia e, contra o economicismo “estrutural”, o papel da construção social da hegemonia e, dentro dela, a centralidade da liderança política.

Outro componente metodologicamente relevante da análise – porque procura ampliar o foco usual das análises políticas – é o uso que faço de sugestões de Scott Flanagan, constantes de excepcional trabalho coletivo coordenado por Gabriel Almond<sup>28</sup>. Na reconstrução dos processos políticos do governo FHC introduzo a distinção feita por Flanagan de três arenas de luta política, diversas em função do tipo de recursos políticos utilizados pelos participantes: a arena institucional, a arena da influência

---

<sup>28</sup> Flanagan, Scott, “Models and methods of analysis”, in Gabriel Almond (org.), *Crisis, Choice and Change*, Boston, Little Broen, 1973

e a arena da coerção. Estou seguro que a consideração destas distintas arenas permite aproximar mais a análise da enorme complexidade que têm os processos efetivos de luta política. Particularmente, permitem considerar na análise política atores coletivos que não participam cotidianamente da vida política (movimentos sociais, associações de classe etc.) e os meios de comunicação de massa, sem os quais não creio que seja inteligível a política moderna.

Por último, procuro discutir sistematicamente – embora no plano substantivo – a lógica propriamente política que permite explicar, ao menos em grande parte, as opções feitas pela Presidência da República frente às alternativas postas à sua frente e que repunham reiteradas vezes o dilema entre fundamentalismo neoliberal e o liberal-desenvolvimentismo. Este último ponto é importante, porque move-se contra a corrente economicista predominante que tem dificuldades em perceber que as alternativas econômicas existem, sim, mas surgem apenas dentro de determinado sistema de poder e que a “lógica” desse sistema é parte fundamental da escolha realizada.

As contribuições ressaltadas constituem, a última em menor dimensão, inovações importantes em relação à análise feita em *Labirintos*, em relação ao qual, o artigo comentado é, de certa forma, uma continuação. De fato, o artigo trabalha, como o livro, a um só tempo com os processos de democratização e de mudança da relação Estado/economia.

Em função das inovações aí contidas, refiz textos anteriores e escrevi outros que avançavam quanto ao período histórico abrangido<sup>29</sup>.

Ainda dentro desta linha de investigações tive a oportunidade de

---

<sup>29</sup> Em alguns destes textos, publicados em 2001 na Revue Tiers Monde e na Critique Internationale, foi possível antecipar com base no mesmo esquema de análise a “conversão” liberal do Partido dos Trabalhadores.

escrever um texto publicado recentemente “Metamorfoses do Estado Brasileiro no Final do Século XX” em que introduzo algumas inovações em relação a meu trabalho anterior. Ressaltarei duas delas.

Em primeiro lugar, procuro de forma mais sistemática tratar tanto a dimensão externa (a relação com os centros mundiais de poder e os fluxos econômicos internacionais) como a doméstica do Estado. Não creio que o Estado na crise brasileira dos anos 80, ou mesmo em qualquer outro momento histórico, seja inteligível de outra maneira. Obviamente, isso não impede que se analise aspectos parciais e específicos da sua ação ou de sua estrutura.

Em segundo lugar, sublinho muito mais que em *Labirintos* o papel da Campanha das Diretas na crise de Estado. De fato, neste último texto é a Campanha das Diretas que, embora estimulada pelas divisões do empresariado em relação ao governo e as disputas no interior da “classe política”, é considerada o elemento central da crise de hegemonia. Seleciono aqui o núcleo da argumentação: “A mobilização popular minou completamente o apoio ainda existente à política de democratização gradual e limitada liderada pelo regime autoritário. Com isso, a crise política expandiu-se e aprofundou-se: a perda de legitimidade do governo estendeu-se, incluindo o próprio regime autoritário. Mais ainda, naquela conjuntura crítica, foi iniciada a ruptura dos limites da legitimidade do Estado varguista. A entrada maciça da população na luta política em favor da superação rápida do regime autoritário produziu uma inovação substancial na vida política brasileira: obrigou o governo a tolerá-la, os meios de comunicação de massa fiéis ao regime a noticiá-la e as elites políticas a rejeitar as costumeiras condicionalidades interpostas à vigência da democracia no Brasil. De fato, a idéia de que não há democracia sem participação popular e de que não há participação popular sem a liberdade

plena de associar-se e de manifestar demandas coletivas fortaleceu-se social e politicamente pelo amplo apoio das classes médias e das massas populares. A Campanha das Diretas redefiniu o espaço legítimo da política no Brasil.

Em suma, apoiada pela mobilização de massa, a oposição produziu uma crise no padrão vigente de hegemonia política. Daí em diante seria inaceitável um Estado que impusesse restrições à expressão e à organização políticas das massas populares; um Estado assim só poderia se manter pela força e/ou pelo interesse. Dessa forma, a campanha “Diretas Já” anunciou um novo projeto de Estado, orientado por valores democráticos surgidos do clamor da sociedade pela democratização<sup>30</sup>.

Com a publicação deste artigo, pretendo reduzir, pelo menos provisoriamente, minha dedicação ao assunto. No entanto, sinto-me desde já tentado a mais adiante, daqui a um ou dois anos, retomar o mesmo período estudado em “Metamorfoses ...” e escrever um trabalho de maior fôlego que incorpore os progressos de interpretação política que consegui fazer desde a redação de Labirintos, além de um tratamento mais refinado da ação coletiva e seu eventual enraizamento nas diferentes classes sociais.

A outra linha de pesquisa a que me referi, cujo objetivo é analisar, de uma perspectiva comparativa, os processos de transição ocorridos no Brasil e no México, teve início de fato a partir de uma estada de dois meses, janeiro e fevereiro de 1999, no Instituto de Investigaciones Sociales da UNAM. Esta investigação, embora individual, está inserida em uma pesquisa mais ampla -- que cobre um amplo espectro de questões, pen-

---

<sup>30</sup> Sallum Jr., Brasília, “Metamorfoses do Estado Brasileiro no Final do Século XX”, RBCS, vol. 18, n° 52, junho de 2003, pg. 38 e 39

sadas sempre em termos comparativos – da qual participam investigadores mexicanos e franceses. Além disso, admiti, há algum tempo, dois alunos para realizarem também pesquisas comparadas envolvendo os dois países e que em 2004 finalizarão seus doutorados. Essa rede de relações de trabalho tem sido de excepcional ajuda no desenvolvimento da pesquisa. Do que se trata, porém?

A pesquisa que desenvolvo procura explicar não só as *diferenças entre as modalidades* de democratização e de liberalização econômica ocorridas no México e no Brasil mas também suas diferenças de *seqüência e ritmo*. O problema, do ponto de vista analítico, parece-me extraordinariamente relevante especialmente porque o ponto de partida das duas transições pode ser atribuído a um mesmo impulso, a brutal crise econômica do início dos anos 80. Do ponto de vista substantivo o quebra-cabeças que move a pesquisa pode ser descrito da seguinte forma: “Essa escolha [de Brasil e México] decorre de os dois países terem experimentado processos de mudança particularmente interessantes do ângulo do tema em exame {as relações entre economia e política}. Depois de décadas em que Estados autoritários, intervencionistas e protecionistas comandaram os dois países, cada um deles passou a viver transformações políticas profundas, mas que ocorreram em ritmo e seqüência muito diversos. Durante a década dos 1980, o México começou a liberalizar sua economia e abri-la para o exterior, ao passo que o Brasil manteve um padrão muito similar ao anterior de relação Estado/mercado. Inversamente, no Brasil a democratização política avançou bastante, enquanto no México as mudanças foram relativamente pequenas nessa área. Já na década de 90, o Brasil iniciou e aprofundou seu processo de liberalização econômica, ao passo que o México se democratizou politicamente até o ponto de ocorrer no fim da década a primeira alternância de partido no poder

central em sete decênios”.

Como minha pretensão era produzir um trabalho empiricamente sustentável, de início, decidi concentrar os esforços na coleta de material e de interpretação na década de 80. Mais ainda, julguei que uma boa maneira de entrar no problema era fazer uma crítica teórica e empiricamente fundada das tentativas de análises comparativas já realizadas. A primeira versão desse balanço crítico foi apresentado diante de parte da mencionada rede de pesquisa no Congresso dos Americanistas realizado em 2001 em Varsóvia. Embora o trabalho tivesse uma boa acolhida, não me satisfez plenamente, especialmente porque parecia-me ainda ancorado em insuficiente material empírico mexicano. Submeti-o a umas duas revisões, cada uma delas com pesquisas adicionais, e finalmente o considerei maduro para publicação. O artigo está vindo a público este mês ou no próximo na França com o título “Crise Économique e Changement Politique au Brèsil et au Mexique: une critique des héritages institutionnels”.<sup>31</sup>

O ponto central da crítica que faço aos dois trabalhos de comparação que analiso incide sobre uma característica que têm em comum, apenas das enormes diferenças que os separam: eles tentam explicar as discrepâncias entre as transições mexicana e brasileira com base nas diferenças institucionais que os dois países apresentavam antes da crise econômica do início dos 80. Ora, eles não só descrevem tais instituições de modo muito simplificado mas – e este é o ponto central – a característica central de qualquer processo de transição é que nele as instituições

---

<sup>31</sup> Sallum Jr., Brasília, “Crise Économique e Changement Politique au Brèsil et au Mexique: une critique des héritages institutionnels”, in Bruno Lautier, Jaime Marques-Pereira (org.), *Brèsil et Mexique: entre libéralisme et démocratie*, Paris, Karthala, (no prelo).



reguladoras deixam de regular, não funcionam adequadamente, pois os processos políticos rompem os padrões definidos por elas. No artigo demonstro o argumento frisando a distância entre os comportamentos institucionalmente esperados e os efetivos. Na sua terceira e última seção, esquematizo uma interpretação alternativa para as discrepâncias apontadas entre as transições mexicana e brasileira.

A pesquisa comparativa, embora de difícil execução, tem sido extremamente proveitosa. Ela tem permitido abrir oportunidades para a formação de pós-graduandos e vem me levando a dar cada vez mais atenção a dimensões da vida social que antes não me pareciam tão cruciais. É claro que o trabalho de comparar tem ressaltado, como seria de esperar, a importância das diferenças entre as instituições políticas existentes entre os países para explicar, parcialmente, suas trajetórias distintas. Mais importante, porém, é que vem me chamando a atenção para aspectos tão diversos da vida política quanto o significado das diferenças culturais internalizadas para a sustentação/esvaziamento da legitimidade de diferentes estados ou a relevância da existência ou não de alternativas ao protesto social (em algumas sociedades, por exemplo, o dilema *voice or exit* dramatizado por Albert Hirshman é uma alternativa mais factível que em outras, o que faz uma grande diferença) e assim por diante. Assim, este tipo de pesquisa tende, seguramente, a tornar mais elaboradas intelectualmente mesmo as investigações de âmbito nacional ou as investigações teóricas.

Desde a redação do artigo mencionado, já avancei bastante na investigação e acredito estar em condições de expandir sua última seção (em que esquematizo uma interpretação alternativa aos textos criticados) de forma a completar um trabalho consistente sobre o quebra-cabeças de que parti. De fato, pretendo concentrar esforços, no segundo semestre de

2004, na redação de dois artigos, um deles sobre as divergências de trajetória entre os dois países nos anos 80, que já está parcialmente redigido.

Venho desenvolvendo com crescente entusiasmo uma terceira linha de investigação de natureza teórica. Ela retoma um tema que havia deixado de lado há bastante tempo mas que nunca, de fato, deixou de me inquietar: a relação entre classes sociais e a ação coletiva. Retomei a questão a partir da leitura de um livro de Klaus Eder, *The New Politics of Class*, que sugeri para edição em português<sup>32</sup>. O livro tem uma qualidade excepcional, não só por discutir – ainda que não muito sistematicamente – o problema da relação classe/ação coletiva, mas por explorá-lo de vários ângulos e sempre colocando em diálogo as contribuições clássicas sobre o tema e a literatura acadêmica atual, muito variada em termos de orientação teórica. O ponto central do livro é vincular classe e ação coletiva por meio de um “elo”, a cultura. De fato, ele argumenta que o conceito de classe perdeu relevância na análise sociológica porque deixou de explorar ou desconheceu esta conexão, o que parece aceitável como explicação se pensarmos apenas no plano do desenvolvimento interno da própria disciplina. Nesse sentido, no de vincular classe, cultura e ação coletiva, o texto segue na trilha de Pierre Bourdieu, mas reelabora o trabalho do sociólogo francês. Outro elemento chave a destacar no livro é a tentativa feita pelo Autor de refletir sobre a ação coletiva em vários planos e “fases”: do nível macro – onde as classes jogam um papel relevante – até o nível micro-sociológico – em que o problema está na formação dos grupos; e da gênese dos atores coletivos, passando por sua reprodução até seu desaparecimento.

---

<sup>32</sup> Eder, Klaus, *A Nova política de classes*, trad. Ana Maria Sallum, Baurú-SP, Edusc, 2002

A retomada do tema da relação entre classe e ação coletiva levou-me a oferecer em 2001 e 2002 uma disciplina optativa para a graduação em Ciências Sociais intitulada “Estrutura de Classes e Estratificação” -- “arquivada” há alguns anos entre as optativas não ministradas – onde discuto a tradição clássica e os diferentes tipos de investigações contemporâneas sobre a questão. Ofereci também disciplina sobre o tema no Programa de Pós-Graduação em Sociologia. A investigação sobre “Classes e Ação Coletiva” tem me conduzido a “descobrir” uma considerável massa de trabalhos de muito boa qualidade numa área que parecia oferecer pouco mais do que estudos estatisticamente muito sofisticados mas que dizem muito pouco sobre a ação coletiva e, portanto, têm pouco valor para a análise política, exceção feita talvez para a pesquisa eleitoral.

Espero mostrar já no próximo ano o primeiro texto produzido no âmbito dessa investigação. Trata-se de um artigo que venho redigindo, com muitas interrupções, sobre o conceito de classes sociais na obra de Karl Marx, questão antiga mas que pode ter novas respostas a luz dos avanços feitos não só pelos estudos sobre a obra de Marx, mas também pela bibliografia contemporânea sobre classes.

Como se vê, esta memória de itinerário intelectual termina em projetos. Espero que nos próximos anos consiga realizá-los.

### **III – Atividades de construção e gestão institucional**

Comecei a desenvolver atividades institucionais de participação em órgãos colegiados logo depois de ingressar na USP como docente. Entre 1976 e 1977 fui representante dos Auxiliares de Ensino na Congregação da FFLCH, categoria praticamente extinta na universidade. Assumi depois várias tarefas em comissões ligadas à gestão da biblioteca de Filosofia e Ciências Sociais e do conjunto das bibliotecas – então dispersas – da FFLCH. Só para sublinhar a lentidão com que realizamos projetos de óbvio interesse coletivo, lembro que a Comissão de Bibliotecas da FFLCH, a que me referi, elaborou durante os anos de 1981 e 1982, sob o impulso de Diva Andrade, então responsável pela Biblioteca de Filosofia e Ciências Sociais, a primeira proposta de regulamento de uma Biblioteca Central da Faculdade, só instituída em 1987 e realizada de forma efetiva, embora paulatinamente, a partir de 1991. Prevê-se sua plena conclusão para 2005.

Dois anos depois de defender o doutorado, assumi a função de Coordenador da Área de Sociologia, por proposta dos professores Aziz Simão e Luiz Pereira, que então se retirava das atividades docentes. A atividade de coordenação era informal mas difícilíssima porque as áreas não faziam parte do quadro institucional do Departamento de Ciências Sociais e havia muitas fraturas entre os docentes ligados à área de sociologia. Por felicidade, enquanto estive na coordenação da Área pude contar com o apoio dos professores Aziz Simão e, depois, João Batista Borges Pereira que ocuparam nesta época a chefia do Departamento de Ciências Sociais. Desempenhei a função por três anos, de 1982 até 1984, quando pedi para ser substituído. Mantive-me, porém, como representante dos doutores no Conselho do Departamento (1984-1985).

Nesta época eu já estava às voltas com as tarefas de investigar a política nacional focalizando as conjunturas e de construir meios de investigação adequados a isso. O vulto da pesquisa projetada, seja em termos do financiamento necessário seja das outras exigências materiais (instalações etc.), colocaram-me frente a dificuldades institucionais consideráveis. O fundamental é que não havia, então, na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, condições favoráveis para levar a cabo empreitada daquele porte.

A oportunidade de resolver adequadamente a questão surgiu através do convite de Gabriel Cohn, então Diretor Geral da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo para que desenvolvesse a pesquisa no âmbito daquela instituição complementar à USP. Entretanto, com a pesquisa tínhamos, Eduardo Graeff e eu, a tarefa complementar de dar vida a uma das entidades da Fesp-SP só existente em termos estatutários. Aceitamos o convite e a partir de fins de 1984 começamos as atividades de pesquisa na FESP e a tarefa de construir, paralelamente, o seu Instituto de Pesquisa Social.

O impulso decisivo para isso surgiu em 1986 quando foi aprovado o financiamento da Finep para a pesquisa "A Transição para a Democracia: Mudança Estrutural e Conjunturas Políticas". Nossa equipe ocupou uma casa ampla e semi-abandonada que a Fundação tinha no bairro Paquetaembú. Com parte dos recursos obtidos para gastos administrativos das pesquisas financiadas fomos aos poucos recuperando a casa, construímos no seu último subsolo uma sala adequada para abrigar os livros da antiga biblioteca da Fundação que se amontoavam na casa e a tornamos um ambiente mais adequado para a pesquisa.

Infelizmente a convivência acadêmica na Fundação naqueles tempos era muito conturbada e acabamos, nós do IPS, por participar das

disputas internas entre Direção Geral da Fundação e as entidades mantidas que acabaram na demissão do Diretor Geral e, depois, do Vice-Diretor Vicente Trevas. Em meio a tais disputas, acabei sendo eleito, em janeiro de 1987, Diretor Geral da Fundação pelo seu Conselho Superior.

Minha passagem pela Direção Geral foi bastante rápida, por três razões: em primeiro lugar, em cerca de 2 meses de exercício do cargo consegui eliminar alguns das principais fontes de mal uso de dinheiro que drenavam os poucos recursos da Fundação; em segundo lugar, a nova questão-chave para a sobrevivência da FESP, a captação de novos recursos para pagar as dívidas antigas e para suplementar a inadimplência dos alunos, só poderia ser resolvida a longo prazo; e, por último, o que era mais importante, em função de outros compromissos que tinha, o vice-diretor do IPS não conseguia assumir plenamente os encargos de direção e principalmente de coordenação da pesquisa, o que estava ocasionando a desagregação da equipe. Frente a tais circunstâncias, encaminhei meu pedido de demissão ao Conselho Superior da Fesp-SP que, a contragosto, o aceitou, nomeando um novo Diretor-Geral. Permaneci, porém, no Conselho Superior para auxiliar na reconstrução daquela instituição na medida das minhas possibilidades.

Reassumi a direção do IPS e concentrei-me, com Eduardo Graeff e a equipe de pesquisa, na investigação sobre “A transição para a democracia.”, que incluía a construção do Banco de Dados Poli, e na realização de outras pesquisas dela derivadas. Como o ambiente institucional que cercava o IPS era muito instável, procuramos evitar ao máximo mesclar nossas atividades às demais da FESP. Isso facilitava a pesquisa mas não permitiu que talvez tivéssemos podido contribuir mais decisivamente para melhorar o contexto acadêmico em que operávamos.

Em 1994 deixei a direção do Instituto de Pesquisa Social porque a

Direção Geral da Fundação desejava transformá-lo em um órgão de pesquisa empírica sem preocupações acadêmicas e, ademais, desejava alugar parte da sede a uma empresa de consultoria. Mantive-me na coordenação do Banco de Dados POLI até terminarem os recursos para alimentar o banco. Um novo financiamento da Finep para analisar os dados já colhidos e incluídos no banco de dados POLI não pôde ser absorvido pela Fesp porque a instituição não estava em dia com suas obrigações trabalhistas. Transferi, então, a pesquisa “Política e Economia na Crise do Estado Desenvolvimentista” para o CEDEC.

Apesar dos pesares, o IPS foi durante muitos anos uma experiência bem sucedida, chegando a contar no seu ápice com cerca de trinta pesquisadores em tempo parcial. Treinou dezenas de jovens cientistas sociais em pesquisa empírica, desenvolveu um instrumento de investigação política de muito valor – que será público dentro em pouco tempo -- e permitiu que se produzissem trabalhos acadêmicos e relatórios de boa qualidade para órgãos públicos. O contexto institucional em que operava, porém, funcionou como entrave para que fosse uma experiência plenamente bem sucedida.

Em novembro de 1998, depois que voltei do estágio de pesquisa de pós-doutorado que fiz nos EUA, fui eleito pelo Colegiado de Pós-Graduação de Sociologia como Coordenador do Programa de Pós-Graduação do Departamento, cargo em que permaneci até o final de 2002. A diretriz central de minha gestão, para a qual obtive o apoio do Colegiado, foi preservar a qualidade do Programa construindo novamente um sistema de regras de seleção coletiva para os candidatos à Pós-Graduação, em razão de termos feito no período imediatamente anterior uma mal sucedida experiência de ingresso por aceite individual do orientador. As regras foram elaboradas e, pela primeira vez na história de nos-

so Programa, todos os professores/orientadores aceitaram a seleção coletiva dos candidatos por banca escolhida pelo Colegiado. O sistema se mantém até hoje com pequenas modificações e agora já conta com a chancela do regimento da pós-graduação da Faculdade, modificado naquela época pela Comissão de Pós-Graduação da FFLCH por proposta de alguns programas, inclusive o nosso. Outra iniciativa que me pareceu relevante foi alterar a empresa executora do nosso programa de publicações do Programa de Pós-Graduação, com a contratação da Editora 34. Nisso houve ganhos sensíveis tanto na qualidade editorial como na distribuição das obras publicadas.

Este ano assumi o cargo de vice-chefe do Departamento de Sociologia e venho atuando, de comum acordo com a chefia, no processo de reforma do Curso de Ciências Sociais. Participei ativamente da fase final de trabalhos da Comissão encarregada de avaliar e elaborar propostas de reforma. O esforço da Comissão foi recompensado pois, neste fim de 2003, depois de muitos anos, conseguimos superar a falta de coordenação interdepartamental e – embora numa dimensão bastante mais modesta que a desejada pela Comissão – os Departamentos de Antropologia, Ciência Política e Sociologia conseguiram obter consenso para realizar um conjunto de mudanças na grade curricular de Ciências Sociais e nos pré-requisitos das disciplinas que tendem a melhorar muito o fluxo dos alunos, reduzindo o tempo que despendem para se formarem.

Ademais, o Departamento de Sociologia conseguiu elaborar, com a participação de vários de seus membros, um ambicioso Plano de Desenvolvimento de médio prazo, que teve o assentimento pleno do Conselho do Departamento. Este Plano é importante porque fixa as linhas gerais de renovação e expansão do Departamento de Sociologia, algo fundamental para um departamento que está renovando rapidamente os seus qua-



dros.

Dentro da USP, mas fora do Departamento de Sociologia, venho desempenhando há alguns anos a função de representante dos professores associados na Congregação da FFLCH e de membro da Comissão Editorial da Edusp. Ultimamente tenho me dedicado, com colegas dos departamentos de Ciência Política, Geografia e Sociologia e o suporte da direção da FFLCH, a viabilizar o Núcleo de Apoio a Pesquisa sobre Democratização e Desenvolvimento (NADD). Além de fazer parte de seu Conselho Acadêmico, coordeno neste núcleo projeto do qual darei conta mais adiante. Fora da USP, participo ativamente do Conselho Deliberativo do CEDEC, do Conselho Editorial da Revista Lua Nova e da Revista Política & Sociedade da Universidade Federal de Santa Catarina.

Nos últimos anos venho atuando, também, em política científica no âmbito das Ciências Sociais. Participei ativamente do Comitê Acadêmico da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS), entre 2000 e 2002, Comitê que – em conjunto com a diretoria -- traça a orientação acadêmica básica da Associação, a mais abrangente e importante da área no país.

Em 2002 fui nomeado membro do Comitê Acadêmico de Ciências Sociais do CNPq com mandato até 2005, sendo hoje o seu coordenador. Embora esta atividade, no CNPq, não possibilite muita amplitude de atuação no que se refere à produção de normas, ela possibilita uma boa execução das existentes, o que vem me permitindo contribuir – creio – para a elevação do padrão de trabalho acadêmico dos cientistas sociais.

Por último, desejo sublinhar minha participação, como autor e coordenador do projeto, na construção do “Consórcio de Informações Sociais”, atividade que resultou de um convênio entre o NADD e a ANPOCS e conta com suporte financeiro da Fundação Ford.

A realização deste projeto é um sonho que acalento desde que conheci na Universidade de Stanford a infra-estrutura de informações (além das bibliotecas) com que contam os acadêmicos norte-americanos para seu trabalho. Ao ver aquela abundância de recursos, causava-me espanto que produzíssemos trabalhos de boa qualidade e, às vezes, de nível excepcional, com uma infra-estrutura tão rudimentar como a de que dispomos.

Ao chegar ao Brasil, em 1998, procurei o então Pró-Reitor de Pesquisa, Hernán Chaimovich, acompanhado de Gildo Marçal Brandão (com quem tratava de criar junto com outros colegas um núcleo de pesquisa). Entreguei-lhe uma proposta de construir um grande centro de documentação com estudos, estatísticas etc. produzidos pelo governo federal e suas agências, documentos oriundos de organismos multilaterais (como o Banco Mundial, o FMI, a ONU e seus agências etc.) e originados em alguns países que fossem de especial interesse para o Brasil, nos moldes que as grandes universidades norte-americanas dispunham. Depois de várias conversas sobre o assunto, o Pró-Reitor concordou que valeria a pena que eu viajasse aos EUA – acompanhado de especialista em biblioteconomia – para conhecer alguns centros de documentação que fossem considerados de excelência, de modo a podermos, na volta, competir por dotações do Projeto do Milênio – do Ministério de Ciência e Tecnologia, destinado a permitir um avanço científico significativo nas áreas contempladas. Assim o fizemos, eu e a bibliotecária Márcia Garcia de Grandi, da Biblioteca Central da FFLCH. A viagem foi muito proveitosa: pudemos elaborar um projeto bem fundamentado nos dados colhidos. O novo projeto incluía, além dos documentos já previstos, um serviço público de geo-referenciamento e um sistema cooperativo de captação, guarda e distribuição de bancos de dados, tal como o ICPSR (Inter-University Con-

sortium for Political and Social Research) sediado na Universidade de Michigan.

O projeto apresentado não foi selecionado mas, depois de algum tempo, o NADD decidiu tentar lutar – em parceria com a ANPOCS -- pela aprovação de uma parte dele, a mais barata e de maior impacto científico. Preparei, então, um projeto que acabou sendo denominado Consórcio de Informações Sociais (CIS).

A idéia central do Consórcio é a de construir um sistema *cooperativo* de informações sociais que *colete, organize* adequadamente *em meio eletrônico e dê acesso* amplo às bases de dados e instrumentos de coleta de informações já produzidas ou que vierem a sê-lo, sobre os mais diferentes aspectos da sociedade brasileira. Com isso, se visa *ampliar a infraestrutura de informações* disponível para a pesquisa social utilizando dados já existentes mas hoje muito pouco acessíveis para a comunidade científica. De fato, a maioria dos dados colhidos são hoje utilizados apenas no âmbito de um projeto específico. Isso vale para pesquisas ligadas a dissertações, teses, relatórios de pesquisa não vinculados a pós-graduação e, mesmo, para investigações não acadêmicas, realizadas por órgãos públicos de planejamento e avaliação, por empresas de consultoria, de publicidade etc. Em suma, após servirem aos seus fins originais, os dados costumam ser arquivados e, depois de algum tempo, descartados na medida que ocupam espaço e não tem mais serventia. O Consórcio de Informações Sociais (CIS) pretende superar esta situação, tornando públicos e amplamente acessíveis dados que até agora circulam pouco ou não circulam.

A idéia do CIS é muito simples. Cada investigador cede ao Consórcio os dados e instrumentos de coleta que levantou e/ou construiu em sua pesquisa, o CIS lhes dá um formato que os torna acessíveis e dispo-

níveis para os demais investigadores. Na medida que um grande número de pesquisadores participar do Consórcio, ainda que cada um forneça um número restrito de informações ou instrumentos, ganhará acesso às informações dos demais. Assim, o Consórcio de Informações Sociais funciona como um intermediário que multiplica os acessos a dados antes só disponíveis para seus produtores originais.

Obtivemos apoio financeiro da Fundação Ford para o projeto e o sistema já está em adiantada fase de construção na sede do NADD, no prédio de Filosofia e Ciências Sociais da FFLCH. Espero que nos primeiros meses do ano ele já possa funcionar, pelo menos embrionariamente, já que dependeremos, de início, da adesão efetiva dos associados da ANPOCS ao projeto. Quer dizer, os pesquisadores das entidades filiadas à Associação devem dispor-se a ceder para o CIS os dados de pesquisas que já serviram aos seus propósitos originais, como a redação de teses, relatórios etc. Se formos bem sucedidos – e acredito que seremos – teremos contribuído para uma verdadeira revolução na infra-estrutura disponível para a pesquisa social, pois os investigadores verão multiplicados exponencialmente os dados à sua disposição.

#### **IV – Atividades de formação de cientistas sociais**

Na Universidade de São Paulo, onde passei quase toda a minha vida profissional, as atividades de formação incluem a um só tempo a docência na graduação e pós-graduação e, também, a orientação de pós-graduandos.

Além dos cursos básicos ministrados para alunos de outros departamentos e para os alunos de graduação em Ciências Sociais, desenvolvi cursos optativos que ou bem correspondiam à evolução de minhas preocupações intelectuais – em geral associadas a pesquisas – ou a “necessidades” do departamento, identificadas por seu chefe ou por mim mesmo. No que diz respeito às disciplinas de primeiro tipo, incluem-se os cursos sobre a relação entre classes e Estado, que ministrei entre o final dos anos 70 e a primeira metade dos anos 80, sobre mudança política na América Latina e, recentemente, sobre estrutura de classes e estratificação social. Todos estes cursos tiveram desdobramentos mais avançados na pós-graduação. No que se refere ao preenchimento das chamadas necessidades departamentais, ministrei por vários anos, desde 1990, um curso em que analisava as obras sobre a sociedade brasileiras de alguns dos nossos “clássicos”, como Gilberto Freire, Sérgio Buarque de Holanda, Caio Prado Júnior, Celso Furtado e Florestan Fernandes, variando de ano para ano os autores e os trabalhos estudados. Parecia-me um absurdo que não tivéssemos uma disciplina que reconstituísse nossa “tradição” sociológica, embora nem todos os autores examinados pudessem ser classificados como sociólogos. Devo reconhecer, porém, que a idéia do curso surgiu de um pedido do professor Aziz Simão, quando chefe do Departamento de Sociologia, para que eu substituísse a professora Paula Beiguelman (que desejava aposentar-se) em uma disciplina que estava

para ministrar em 1985, “Construção Analítica da Realidade Brasileira”. Nela, a professora planejava examinar, seguindo antigas preocupações suas, como autores brasileiros relevantes analisavam o Brasil. O curso sobre “Formação do Pensamento Social Brasileiro”, simplesmente repetia a idéia. A disciplina foi ministrada por mim, com algumas interrupções, até três anos atrás. Como considerava o tema relevante para a formação dos estudantes (agora tornou-se uma verdadeira “febre” nas ciências sociais brasileiras), só deixei de ministrá-lo quando a colega Maria Arminda do Nascimento Arruda se dispôs a fazê-lo em meu lugar.

Outra dessas disciplinas, surgidas como resposta a “necessidades do Curso de Ciências Sociais”, teve sua gênese em um projeto de reforma das disciplinas de graduação ministradas pelo Departamento de Sociologia que apresentei, em documento de 1997, ao chefe do Departamento, Orlando Miranda. Estava convencido então, como agora, de que não é possível manter a qualidade da formação dos alunos de graduação e, especialmente, de pós-graduação se não compensarmos a redução dos prazos de titulação com diversas iniciativas. Uma delas seria a de oferecer uma disciplina prática que ensinasse os alunos a focalizarem melhor seus interesses de pesquisa e a planejarem bem as atividades de investigação. Embora o Programa de Pós-Graduação em Sociologia ofereça para mestrandos e doutorandos Seminários de Projetos, destinados a favorecer o aperfeiçoamento dos planos de investigação com que ingressam no Programa, não creio que isso seja o suficiente e nem acredito que seja muito equânime. Não é suficiente porque o prazo de titulação diminuiu bastante e refazer o projeto de pesquisa demora, segundo minha experiência (já ministrei vários desses Seminários), quase seis meses, o que é demasiado para o prazo de que dispõem para terminar o mestrado. É pouco equânime porque os alunos que não ingressam na pós-graduação deixam de ter

a oportunidade de realizar o Seminário, o que os deixa sem habilitação adequada para a realização de pesquisas não acadêmicas. Por isso, no contexto do processo de reforma que estamos fazendo no Curso de Ciências Sociais, resolvi oferecer uma disciplina optativa para alunos do último ano de graduação denominada “Elaboração de Projetos em Sociologia”. Espero que esta iniciativa dê bons frutos e ganhe um caráter permanente.

Venho participando das atividades de pós-graduação do Departamento de Sociologia desde 1983, quando ministrei meu primeiro curso neste nível. Como é usual entre nós, da USP, a docência de pós-graduação se combina com a de graduação. A singularidade da atividade de pós-graduação – excetuados o menor número de alunos, a maior exigência em relação aos trabalhos e uma participação discente mais intensa -- é que a docência envolve também a orientação de alunos. Este aspecto da atividade docente é muito trabalhoso, mas vai sendo facilitado, ao longo dos anos, pela experiência e o aprendizado que vem com ela. Estou convencido de que, se é verdade que “quem é bom vai sozinho”, como dizia meu orientador Luiz Pereira, não se pode esquecer que chegar a ser “bom” desta forma supõe que se tenha tempo para aprender com os próprios erros, que costumam ser muitos e inevitáveis. Ora, hoje não dispomos mais de tempo à vontade. Assim, se um orientando não tiver, desde o início, um problema bem elaborado de pesquisa e não formular hipóteses claras, desperdiçará energia e não conseguirá realizar um bom trabalho em tempo hábil. Os casos de quem “vai sozinho” e, ainda assim, realiza trabalho de grande valor, em curto espaço de tempo, são excepcionais e não podem ser tomados como regra. Isso vem a propósito da mudança no modo de orientar que venho experimentando nos últimos anos, creio que com bons resultados, embora haja sempre exceções tanto

positivas como negativas. De qualquer maneira, além desta mudança de forma de orientar, tenho tentado selecionar, nos últimos anos, alunos que realizam trabalhos mais próximos de minhas próprias preocupações ou, mesmo, tenho sugerido – algo impensável há alguns anos – temas relevantes para aqueles que, embora com muito boa formação intelectual, não conseguem decidir-se sobre o rumo a tomar.

Até agora orientei 14 estudantes de mestrado e doutorado, cujos nomes e trabalhos, de boa e às vezes excepcional qualidade, estão arrolados abaixo.

#### Dissertações de Mestrado Concluídas

1. CASTRO, Ana Cristina Veiga de. *Interpretações da Colônia no Pensamento Brasileiro*. 2001.

2. PADILHA, Marcos Lopes. *A Burguesia Industrial Nacional No Processo de Liberação do Regime Militar (1974-1982)*. 1996.

3. CARDOSO, Adalberto Moreira. *Petroleiros de Paulínia: Participação, Consciência e Identidade*. 1991.

4. GARCIA, Sylvia Gemignani. *Cultura e Política*. 1990.

5. MENEZES, Paulo. *Sob As Cinzas da Representação: Espaço e Pintura No Século X*. 1990.

#### Teses de Doutorado concluídas:

1. PADILHA, Marcos Lopes. *Empresários e a Crise do Modelo Brasileiro de Desenvolvimento*. 2002.



2. MACIEL, Débora Alves. *Ministério Público e Sociedade - a Gestão de Conflitos Ambientais em São Paulo*. 2002.
3. FERRER, Maria Florência. *A teia não virtual. A organização em rede e o capitalismo contemporâneo*. 2000.
4. ALONSO, Angela. *Idéias em Movimento - A geração 70 na crise do Brasil-Império*. 2000. (Prêmio ANPOCS de Melhor doutorado do Ano 2000)
5. GARCIA, Sylvia Gemignani. *A Sociologia Como Ciência: Liberalismo e Radicalismo No Período de Formação de Florestan Fernandes (1941-1953)*. 1998.
6. BALTAR, Ronaldo. *Empresariado, transição e o papel do estado na ordem econômica e social*. 1996.
7. COSTA, Valeriano Mendes Ferreira. *Política de Desenvolvimento Econômico e Crise Institucional do Segundo Governo de Vargas (1951-54)*. 1996.
8. CARDOSO, Adalberto Moreira. *Nas Teias da Modernidade - Pragmatismo Sindical e Democratização No Brasil*. 1995.
9. MORAES, Carmen Sylvia Vidigal. *A Socialização da Força de Trabalho*. 1990.

Atualmente, oriento oito estudantes quatro dos quais se titularão em 2004 (um mestre e três doutores). Pretendo manter no máximo este número de alunos porque não acredito que consiga orientar adequadamente mais estudantes, preservando ao mesmo tempo as várias atividades institucionais, de docência e pesquisa que venho desenvolvendo. Eis a relação de alunos sob minha orientação:

### Mestrandos

1. SANTOS, Adriana Vitória dos. A institucionalização do movimento ambientalista: a formação do Partido Verde no Rio e em São Paulo. Início: 2003. FAPESP.

.GODOY, Clayton Peron Franco de. Eleições presidenciais de 89: o processo político e sua análise. Início:2003. FAPESP.

BERTONCELO, Edison Ricardo. O movimento pelas diretas e o processo brasileiro de democratização. Início:2003. FAPESP.

4.PULICI, Carolina Martins. A Escola Paulista de Sociologia – condições institucionais e sociais da vida acadêmica desde 1954 até o final do regime de cátedra. Início:2002. FAPESP.

5. PERES, Thais Helena de Alcântara. O Brasil pós-transição democrática: a construção da esfera pública nos anos 80. Início:2000. CAPES.

### Doutorandos

1.SADDI, Fabiana da Cunha. Liberalização, democratização e Política de Saúde: uma comparação dos casos de Brasil e México. Início:2000.

2.IGLECIAS, Wagner. Modalidades de Liberalização na América Latina. Início:2000.

3.BASTOS, Monica Rugai. Política cultural e dominação. Uma comparação entre os governos Vargas e Cardoso. Início:2000.

Além da orientação de estudantes tenho participado ativamente de bancas de titulação e de qualificação – foram 90 bancas, sem contar as de qualificação para o mestrado.

Embora o momento da titulação seja o mais valorizado da pós-graduação, como aliás não poderia deixar de ser, do ponto de vista da formação dos estudantes, os exames de qualificação são momentos mais cruciais. É que, durante esses exames, os estudantes entram em contato com pontos de vista em geral diversos dos do orientador. Isto tende a ser muito benéfico, especialmente se considerarmos que o aluno de pós-graduação não constrói apenas uma dissertação ou uma tese mas, no processo, pode construir também sua própria autonomia como pesquisador e produtor de conhecimentos novos. Colaborar com este processo constitui, creio, parte da tarefa indeclinável da construção da sociologia como ciência.

--- ° -- ° -- ° -- ° --

Como finalizar um memorial? Hesito em colocar o ponto final em um texto que gostaria que fosse tomado mais como o relato de um processo de construção acadêmica ainda aberto. Aberto não só para realizar os projetos que hoje me entusiasmam, mas também para enfrentar de forma receptiva e criativa os novos desafios intelectuais que a vida acadêmica e a sociedade me oferecerem.